

LEWANDOWSKI DEFENDE O SUSP



Chamado de "SUS da segurança", Susp é solução no horizonte do governo Lula, defende o ministro da Justiça Ricardo Lewandowski, que pede constitucionalização do Sistema

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 30 de Abril de 2024 N° 139

Trabalho e educação: desafios da Inteligência Artificial

Sergio Amadeu: a IA "realmente existente"

Paulo Ribeiro: "Policial não é nobre, é trabalhador"

Depoimento: Frei Chico e as memórias do sindicalismo



EDIÇÃO ESPECIAL

**60 ANOS
DO GOLPE**

Informações e relatos sobre um período do Brasil que não foi superado e que, por isso, lutamos para que nunca volte a acontecer.

disponível para
DOWNLOAD!



visite teoriaedebate.org.br

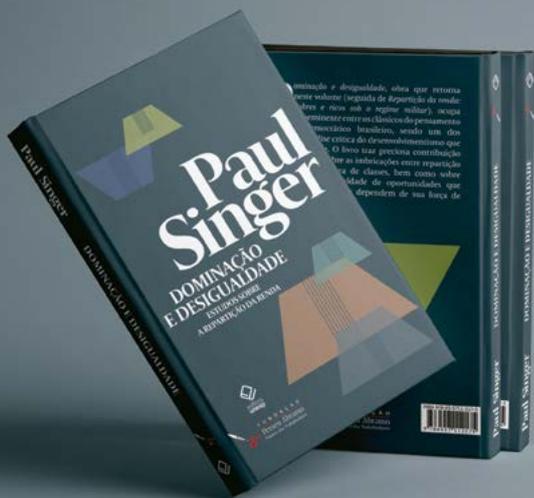


FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DOMINAÇÃO E DESIGUALDADE

ESTUDOS SOBRE A REPARTIÇÃO DE RENDA

PAUL SINGER



ADQUIRA SEU EXEMPLAR:

editoraunesp.com.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



editora
unesp

focus

BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Colaboradores: Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves,

Henrique Nunes e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

RECONEXÃO PERIFÉRIAS
LANÇAMENTO DO CADERNO

26/04 - DAS 16H ÀS 19H

CHACINAS E FEMINICÍDIOS
OS CASOS DE REALENGO E CAMPINAS



Local: Ocupação Nove de Julho
R. Álvaro de Carvalho, 427
Bela Vista - São Paulo

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



cesc
Centro de Estudos de
Segurança e Cidadania

SÃO PAULO





OS IMPACTOS DA IA NO TRABALHO

Na semana do 1o de maio, Dia do Trabalho, Focus apresenta reportagem sobre os desafios de uma nova realidade - que avança a passos galopantes, diferente dos primeiros momentos da revolução digital: a Inteligência Artificial e suas problematizações. Recentemente, o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas anunciou utilização de IA na educação do estado. Implicações no mundo do trabalho também são preocupações: trabalhadores estão resguardados?

Página 16

CARTA AO LEITOR

Lewandowski está correto sobre Susp

Página 05

CAPA Ministro da Justiça pede Susp na Constituição

Página 06

ENTREVISTA Paulo Ribeiro, um coronel no PT

Página 09

A IA CHEGOU Os desafios e avanços no trabalho e na educação

Página 16

ARTIGO Sergio Amadeu escreve sobre impactos da IA

Página 20

DEPOIMENTO Frei Chico fala sobre movimento sindical na ditadura

Página 22

ECONOMIA Lula: "Brasil não pode pensar pequeno"

Página 27

RECUPERAÇÃO Programa 'Acredita' traz esperança

Página 29

ARTIGO Líder do PT na Câmara escreve sobre o Acredita

Página 31

ELEIÇÕES FPA avança em apoio a candidaturas

petistas

Página 32

ARTIGO Gleide Andrade escreve sobre a Campanha da Fraternidade

Página 36

CULTURA Ministra se reúne com lideranças indígenas

Página 41

NO VATICANO Presidenta Dilma se reúne com Papa Francisco

Página 44

LEWANDOWSKI E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DA SEGURANÇA PÚBLICA



Reprodução

Alberto Cantalice

A Segurança Pública é o terceiro pilar de sustentação de uma sociedade que visa o bem-estar social de sua gente. Junto com a educação e a saúde pública, estão entre as principais preocupações e reivindicações de melhoria pela sociedade brasileira. Em todas as pesquisas de opinião pública, seja por qualquer metodologia aplicada, esses três vetores lideram inapelavelmente.

Isso posto, é motivo de satisfação a proposta apresentada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski de constitucionalizar a implementação do Susp-Sistema Único de

Segurança Pública, que seguindo o modelo do Sus, na Saúde e do Fundeb, na Educação, envolva todos os três níveis da institucionalidade, a União, os estados e municípios no esforço comum de conter o avanço da criminalidade.

A proliferação de organizações criminosas, intercambiadas nas 27 unidades federativas e com forte presença nos bairros periféricos, transformou a maioria dos presídios em escolas do crime, e de formação de um exército de reserva dessas organizações.

Recuperar o controle das unidades prisionais e reocupar os territórios dominados pelas facções demandará mais do que uma política de enfrentamento direto, uma polícia investigativa que incida sobre o financiamento do crime e o

enfraqueça com o exercício do policiamento de proximidade.

Não há mais como entender a Segurança Pública como uma atribuição única e exclusivamente dos estados federados. A vontade do Constituinte originário de 1988, se quedou ineficaz dado ao avanço e a trans estadualização e até transnacionalização, das máfias criminosas.

A Lei 13.675 de 2018 que institui o Susp, visa integrar os órgãos de segurança e inteligência; padronizar informações estatísticas e procedimentos; entre outras medidas visando a integração das forças de segurança. Foi um avanço. Porém, sua implementação com um grau maior de efetividade esbarra na autonomia dos entes estaduais.

Por isso a urgência da proposta de constitucionalização do ministro Lewandowski. "O Susp foi concebido à imagem e semelhança do SUS. Só que o SUS está na Constituição e é uma rede hierarquizada com distribuição nacional e recursos próprios", disse o ministro - segundo o qual, o Susp deve ter verba própria para cumprir suas finalidades em todo o sistema de segurança, desde a Polícia Federal, passando pelas polícias estaduais, às Guardas Municipais.

Diferentemente do desgoverno anterior, cuja preocupação com a segurança dos cidadãos não passava de retórica para o armamento descontrolado da população, ao exemplo da falida política armamentista levada a cabo nos Estados Unidos.

O governo liderado pelo presidente Lula defende que armas só devem estar nas mãos dos agentes da segurança pública. A polícia bem treinada e aparelhada para combater o crime e trazer a paz para toda a coletividade é um objetivo a ser alcançado.

Atuar na prevenção e na elucidação de crimes é objetivo estratégico. É o que a sociedade espera.



JUSTIÇA E
SEGURANÇA
PÚBLICA

Reprodução

MINISTRO DA JUSTIÇA DEFENDE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO SUSP, O “SUS” DA SEGURANÇA PÚBLICA

Descontinuado no governo Bolsonaro, o Sus está no horizonte do governo Lula: a meta é constitucionalizar o Sistema para garantir Orçamento e manutenção. Ministro da Justiça quer reforma do sistema para promover ações de combate à criminalidade em âmbito nacional, com verba própria, a exemplo das áreas de saúde e educação

Em resposta a pesquisas que mostram que a sensação de insegurança encabeça preocupações do brasileiro e ao infrutífero jogo de empurra-empurra sobre a responsabilidade sobre a segu-

rança pública em todo o território nacional, governo Lula mostra que, não só está preparado para o debate, como apresenta soluções e que garantir inclusão do Susp, o Sistema Único de Segurança Pública descontinuado por Bolsonaro logo após sua aprova-

ção. Ao garantir a constitucionalização, o governo garante que Orçamento da União preserve a segurança, assim como acontece com a saúde e a educação.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou, nesta segunda-

-feira, 22, que a União não tem os instrumentos constitucionais e legais para enfrentar a criminalidade e que não é mais possível ter uma divisão de atribuições específicas entre as forças de segurança. Nesse sentido, ele defende a incorporação na Constituição Federal de um sistema unificado de combate ao crime, uma espécie de SUS da Segurança Pública.

“Este modelo tem que passar por uma modificação constitucional, dando mais poderes à União para fazer um planejamento nacional de caráter compulsório para os órgãos de segurança, sobretudo quanto às diretrizes fundamentais”, disse.

Ao mesmo tempo em que defendeu mudanças legais para dar mais poder ao governo federal nas políticas de segurança, com a incorporação na Constituição de um sistema unificado de combate ao crime, Lewandowski negou que exista uma crise entre os poderes. Segundo ele, “há um diálogo entre os Poderes bastante razoável”.

As declarações foram feitas no painel de abertura do Seminário Brasil Hoje, em São Paulo. O evento reuniu lideranças do meio político e empresarial para debater temas críticos para o desenvolvimento do Brasil e encontrar soluções para a atual conjuntura política e econômica do País, como o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas.

Lewandowski afirmou, ainda, que, dentro do orçamento brasileiro ainda, cabe uma verba específica para a segurança pública. São ajustes, de acordo com o ministro, que podem definir melhor as competências das várias corporações que atuam na área de segurança. “A saúde e a educação têm, constitucionalmente, uma verba já prevista e de aplica-

MJSP DEFESA DO SUSP



Declarações do ministro foram feitas no painel de abertura do Seminário Brasil Hoje, em São Paulo

ção compulsória. E é um sistema que tem dado certo”, ressaltou.

Ministro defende projeto a Juristas

Mais tarde, em palestra no Instituto dos Advogados de São Paulo, Lewandowski justificou a ideia com base na divisão “difuncional” das forças de segurança. Ele sugere que o momento atual é oportuno para que os juristas brasileiros pensem em formas para criar uma lei ordinária para o Sistema Único de Segurança (Susp).

“O Susp foi concebido à imagem e semelhança do SUS (Sistema Único de Saúde). Só que o SUS está na Constituição e é uma rede hierarquizada com distribuição nacional e recursos próprios”, explicou. De acordo com o ministro, o Susp deve ter verba própria para cumprir com suas finalidades em todo o sistema de segurança, desde a Polícia Federal até as Guardas Municipais.

Um dos motivos levados em consideração por Lewandowski é que os grandes crimes são praticados pela internet, de acordo com ele. “Não há como rastrear efetivamente o dinheiro que transita do crime para o setor

legal da economia. Aquele enfrentamento tradicional da criminalidade não existe mais. A força bruta para enfrentar os criminosos hoje se tornou obsoleta”, ressaltou.

Ele afirmou, ainda, que o crime organizado, transnacional e interestadual, deve ser combatido com operações de inteligência, a exemplo do que ocorreu com a captura dos dois fugitivos da penitenciária federal em Mossoró (RN) e da resolução dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes.

O ministro citou que o modelo de segurança pública descrito pela Constituição Federal de 1988 alterou-se devido ao desenvolvimento tecnológico cada vez mais presente no mundo. “Hoje, a criminalidade se dá substancialmente no plano virtual. Temos a lavagem de dinheiro, os golpes com criptomoedas, as fraudes de todo o gênero, tráfico de armas e drogas. Tudo isso sendo feito no mundo virtual”, salientou, no Seminário.

Além disso, afirmou Lewandowski, o Susp estabeleceu o Plano Nacional de Segurança Pública para integrar as forças de segurança, principalmente em



Ucillum, sit eos assimag nihiciis et isque omnis explaut hillam ducius, unt, iniscil lestoribus deste maio dolorem que

relação à troca de dados de inteligência. Portanto, esse seria mais um motivo para a constitucionalização, sob o ponto de vista do ministro.

“Nesse momento de teto de gastos e proteção de despesas, é difícil, mas é algo que precisamos pensar para aparelhar todas as polícias do Brasil, sobretudo, o sistema de inteligência”, ponderou. Segundo apontou o ministro, o Brasil ultrapassou a fase da insegurança jurídica por meio da Constituição de 1988, “que é forte, sólida, com federalismo funcional, com diálogo entre os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) bastante razoável e com catálogos de direitos abrangentes”.

Fica evidente que o modelo constitucional vigente resistiu a várias crises políticas, como impeachments e o episódio de 8 de janeiro do ano passado, além de várias crises econômicas. “Isso mostra que o sistema funciona. Fizemos com muito êxito as reformas Previdenciária, Tributária e Trabalhista. Tivemos o

Marco Legal das Garantias e do Saneamento Básico. Avançamos muito. O Brasil está pronto para receber investimentos. Não vejo crise e nem deficiência institucional”, considerou, além de apontar que é de responsabilidade também do Congresso a urgência da aprovação da Lei das Fakes News e a lei que regula a Inteligência Artificial. “Só assim teremos no Brasil segurança para utilizar o meio digital sem maiores problemas”, concluiu.

O Susp

O Sistema Único de Segurança Pública foi aprovado e sancionado em 2018 para estabelecer uma “arquitetura uniforme para a segurança pública em âmbito nacional”. O projeto original prevê a atuação conjunta, uma união de forças de segurança em operações, compartilhamento de informações, definição de metas e estratégias comuns para a prevenção de crimes - em outras palavras, um intercâmbio de conhecimentos e articulações de

prevenção e combate.

Em sua estrutura original, o Susp conta com 17 integrantes: a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as polícias militares e civis, os corpos de bombeiros militares e as guardas municipais, dentre outros. O texto da Lei diz que devem atuar “nos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e harmônica”.

Financiado com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, em repasses da Caixa Econômica Federal com a loteria, o Susp ganha muito com a inclusão na Constituição, podendo integrar o Orçamento do governo, como acontece com a educação e a saúde. Ao Ministério da Justiça cabe a coordenação do Sistema, seus integrantes, orientando e acompanhando as atividades dos órgãos de segurança, promover treinamentos, realizar estudos e desenvolver a doutrina de inteligência policial.

Com informações do Planalto e do Ministério da Justiça

“UMA POLÍCIA OSTENSIVA, QUANTO MAIS MATA E MAIS PRENDE, MAIS INEFICIENTE É”

O tenente-coronel da reserva Paulo José Ribeiro da Silva, o Paulo Ribeiro, ganhou destaque nacional ao ser anunciado como pré-candidato do Partido dos Trabalhadores na cidade de Taubaté, no Vale do Paraíba, interior de São Paulo. “O PT existe em mim antes mesmo de o PT existir”, exaltou. Paulo

Ribeiro vem ganhando destaque nacional no debate da segurança pública: defende abertamente um debate franco sobre a atuação das polícias e a efetiva implementação do SUSP, o Sistema Único de Segurança Pública, defendido pelo ministro da Justiça Ricardo Lewandowski, que prevê integração entre União, estados e municípios e tece críticas às tentativas do bolsonarismo de arregimentar a Polícia Militar

Alberto Cantalice e Fernanda Otero

Hoje coronel reformado, Paulo Ribeiro chegou a Taubaté em 1981, vindo de Teresina, no Piauí. Logo foi admitido como soldado pelo 18º Batalhão de Polícia Militar, em 1984. Não parou de estudar e seguiu carreira militar, interessado cada vez mais na discussão da segurança pública.

Destaca-se na sua carreira o fato de ter assumido o posto de comandante do 1º Batalhão da Rota logo após o massacre do Carandiru, entre 1993 e 1994. Em seguida, assumiu a Corregedoria da PM e, depois, o 5º Batalhão de Polícia Militar, no interior.

Quando coordenou o curso em que ele próprio se formou décadas antes, em Taubaté, enfrentou tabus e adotou medidas pouco convencionais: alunos deixaram de ser tratados por número, mas sim por seus nomes. Foi também responsável por acabar com a demissão de policiais que engravidassem durante o curso.

Mestre em Ciências Políticas, voltou à cidade de Taubaté e retomou sua atividade militante depois de alguns anos plantando, cultivando a terra e escrevendo poemas no Piauí para tomar um pouco de ar fresco: "Me escondi lá por cinco anos para uma desintoxicação, para voltar a ser um cidadão sem a carapaça de poder do Estado", desabafa.

Ao ser convidado para representar o PT nas urnas em 2024, aceitou o desafio de ser pré-candidato a prefeito de Taubaté. Em entrevista à Focus Brasil, coronel Paulo Ribeiro, como é conhecido, falou sobre os desafios da segurança pública no país, em especial em São Paulo, com Ricardo Nunes (MDB) na prefeitura da capital e Tarcísio de Freitas no governo do estado.

- Vamos iniciar esta conversa com uma pergunta direta: por que o PT?

- É uma longa história: o PT existe em mim antes mesmo de o PT existir. Em Teresina, desde a minha adolescência, orientado pela minha mãe, eu já integrava movimentos. Era ela uma mulher analfabeta, autodidata, que aprendeu a ler observando as tarefas dos filhos dos patrões e, mais tarde, tornou-se professora pelo Mobral, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado pelo regime militar para se contrapor ao método Paulo Freire.

PREVENÇÃO PRIMÁRIA É O QUE REALMENTE RESOLVE O PROBLEMA QUE ENFRENTAMOS HOJE

Desde então, na minha adolescência, militava nos movimentos sociais em Teresina, até que, em 1979, começou a mobilização para criar um partido de trabalhadores no Brasil. Com 16 anos, eu fugia de casa à noite, escondido, para participar das reuniões clandestinas no fundo da casa paroquial de uma igreja dos padres italianos. Daí, a coisa aconteceu, e virou história. Vim para São Paulo, entrei na PM e, a partir daí, minha militância entrou num

estado de letargia até que deixei a corporação. Mesmo dentro da PM, eu criava problemas; sou o único policial do mundo que foi preso por três dias por causa de teatro, pois achavam que era uma afronta à instituição. A própria Lei do Regime Especial de Trabalho Policial, que prevê como exceção o ensino e a difusão cultural, não foi levada em consideração. Deixei a PM, passei para a reserva, fui embora para o Piauí e me escondi lá por cinco anos para uma desintoxicação, para voltar a ser um cidadão sem a carapaça de poder do Estado. Depois de cinco anos, voltei e fui chamado para disputar a vice-prefeitura de Taubaté. Fomos para o segundo turno, mas perdemos a eleição para o atual prefeito, que está com 90% de rejeição. No ano seguinte, entrei para o PSOL, cerrei fileiras e tive um papel fundamental no enfrentamento à tentativa de golpe de 7 de setembro de 2021; depois, entrei para o PSB. Agora, numa conversa, o PT me convidou, baseado na minha atuação no movimento Fora Bolsonaro – aceitei, e isso está bugando a cabeça da direita e da extrema-direita. A figura de um coronel no PT gerou uma nota no Painel da Folha com o título "Rota Vermelha". Eu adorei isso.

- Entrando no tema do qual você é originário, que é a segurança, como você avalia esse primeiro ano da gestão de Guilherme Derrite e Tarcísio de Freitas na segurança pública em São Paulo? A demanda por segurança pública continua muito forte, não só na cidade de São Paulo, mas também no entorno, no Vale do Paraíba, como é o caso de Taubaté. Como você avalia?

- Primeiro, eu avalio como caótico, porque dizem ao policial o que ele quer ouvir, mesmo que seja mentira. Então, esse discurso de onipotência, característico



do bolsonarismo para as forças policiais, é o que está sendo a causa de tudo. E depois, na situação de risco, essas autoridades se eximem e sobra apenas para a base das polícias, e isso eu sempre tenho alertado. Agora mesmo, o Ministério Público denunciou três policiais em uma ocorrência no Guarujá, sendo que um deles foi aquele soldado que morreu, o soldado Samuel Wesley Cosmo, que faleceu diante das câmeras lá no Guarujá. Realmente, é um discurso vazio e defende uma política que nós, em sã consciência, não podemos aceitar, que é a política do enfrentamento ao crime, do confronto, e isso não resolve. Nós não temos condição, uma força - a força policial, a força pública não tem estrutura para lutar contra o crime usando as mesmas armas que o crime usa. Nós temos que investir em inteligência policial e inteligência financeira, senão não temos condição. E só lembrando mais uma coisa, por que Taubaté é fundamental? Terá que debater segurança pública

sob uma nova ótica, porque enquanto a capital, São Paulo, tem quatro homicídios por grupo de 100 mil, Diadema tem dois homicídios por grupo de 100 mil, Taubaté tem 11. Então, é preciso redefinir as políticas públicas de segurança e não pensar que somente uma força militarizada, uniformizada, seja exclusivamente a responsável pelas ações de segurança pública, que não são apenas questões policiais. Envolve muito mais.

- O Ministro da Justiça Ricardo Lewandowski mencionou que um dos objetivos do governo Lula é a criação do SUSP, o Sistema Único de Segurança Pública, articulado financeiramente entre União, estados e municípios, semelhante ao SUS na saúde e ao FUNDEB na educação. Você acredita que essa integração entre governo federal, estados e municípios no SUSP pode ser eficaz para a segurança pública no Brasil?

- Nós temos três prioridades dentro da administração brasi-

leira: saúde, educação e segurança. A saúde tem o SUS, e a educação tem o FUNDEB; ambos são assistidos por ministérios próprios. A segurança, porém, embora tenha o SUSP, que de direito já existe, de fato, não funciona. Nós precisamos rever isso, pois o crime evoluiu, tornou-se transnacional, e não podemos permitir que cada estado decida arbitrariamente o que é e o que não é crime, sem uma política reguladora, sem uma escola nacional de polícia, sem uma escola nacional de inteligência. E, quando vamos para o âmbito municipal, a segurança pública não é feita somente pelas forças policiais, sejam elas municipais ou estaduais. O que eu defendo, até mesmo dentro do meu mestrado profissional, é a prevenção primária da violência pela educação. Prevenção primária é o que realmente resolve o problema que enfrentamos hoje, porque se matar infratores resolvesse o problema, veríamos que os estados que mais matam, teriam resolvido. Contudo, eu digo algo

que meus colegas comandantes odeiam que eu diga: uma polícia ostensiva, quanto mais mata e mais prende, mais ineficiente é, porque ela não deve lidar apenas com a consequência do que busca evitar. E, além da força policial municipal, nós precisamos de órgãos da prefeitura que vão cuidar de fatores que podem gerar alguma ocorrência de violência, como iluminação, uma via esburacada que diminui a velocidade dos carros, a falta de programas de valorização humana, de assistente social, com as pessoas em condição de rua, que nós vemos em Taubaté começar a aumentar, e numa visão tosca, colocam a guarda municipal para expulsar essas pessoas da cidade. Quando nós temos que entrar com políticas sociais de várias secretarias, o último recurso que tem que se usar, que é o primeiro que estão usando, é a força policial. Isso é crucial, sem uma visão humanizada, sem uma visão humana da administração, esses problemas não serão resolvidos e a segurança pública continuará com esse discurso que encanta. Encanta dizer que bandido bom é bandido morto, e não dizer que são pessoas. O infrator é um ser humano que vai responder criminalmente e que vai voltar para a sociedade, mas é mais fácil dizer vamos acabar com a saída de presos, por exemplo.

- Você ganhou notoriedade nacional por sua oposição aos eventos do dia 7 de setembro de 2021. Isso o projetou para o cenário nacional. Qual foi o momento decisivo ou a "gota d'água" que o inspirou a liderar e se posicionar publicamente contra os acontecimentos no país?

- Isso aconteceu em 2021, quando eu estava filiado ao PSOL e comecei a perceber uma movimentação muito estranha. Eu es-

tava quieto, até com barba, e disse a mim mesmo: eu não aceito isso, porque sou um policial, mas defendo muito a instituição séria. Eu faço críticas a pessoas. E pensei: não, isso não está certo, esse cara está querendo usar a base da Polícia Militar, porque se a PM de São Paulo cai, o Brasil inteiro cai. Então, fui até uma produtora de um amigo, rabisquei um texto na hora, gravei, e o vídeo de um minuto foi solto às 19h30 do

QUAL CIDADÃO PRECISA DE QUATRO FUZIS? QUAL É O OBJETIVO? POR QUE TEMOS CAÇADORES?

dia 24. Por volta de 21h30, começaram a chegar os retornos de todo o Brasil e, às 22h30, alguém de Brasília falou que meu vídeo estava no gabinete do Bolsonaro. No dia seguinte, ele se espalhou, e a Folha fez uma entrevista de página inteira comigo; as lives, acho que no 247, tiveram milhares de pessoas assistindo, porque o país estava louco, em comoção, todo mundo assustado, e eu resolvi tomar a frente,

uma vez que o governador Doria silenciou, assim como o comando da PM. Quando eu tomei a frente, eles começaram a me ver como alguém capaz de trazer a tropa, impedindo que ela fosse para essa manifestação.

- Como é que você avalia esses efeitos deletérios do bolsonarismo dentro das polícias, principalmente da polícia militar? Você acha que esse estímulo, essa coisa deles de defender uma segurança é na verdade, só discurso?

- A primeira coisa que digo é que pior do que andar armado é a sensação de poder armar-se. Essa sensação de que posso me armar me induz a usar a arma como primeiro recurso. Quando nós liberamos, e falo "nós" no sentido genérico, a compra de armas em todo o país, vimos a desgraça que isso causou. Pergunto então: qual cidadão precisa de quatro fuzis? Qual é o objetivo? Por que temos caçadores? O que é caça recreativa? São absurdos. Recentemente, tivemos o caso de um cidadão "de bens" – e não "de bem" – que, confrontado por uma dupla de policiais em sua porta, os atacou, matando a policial. E não vimos nenhuma autoridade do governo se pronunciar. Essa é a situação. Desde o início, eu alertava os policiais: cuidado com essa ideia de armar a população, porque chegará um momento em que essas pessoas ricas, que fogem do padrão de suspeito que temos em mente, sob o efeito de forte emoção ou de alguma substância, vão reagir contra nós, eu disse isso há alguns anos. E é isso que vem acontecendo. Um cidadão pobre, na maioria das vezes, em situação normal, jamais sacaria uma arma contra um policial, porque ainda o vê como uma autoridade ou um poder coator ao qual não pode resistir.

Mas o rico, não. Vemos o exemplo do Roberto Jefferson, um ex-parlamentar. Isso é característico. Portanto, sou contra essa política armamentista desenfreada, que só vai alimentar o crime e as milícias, como estamos vendo cada dia mais.

- Como você se posiciona diante da crítica de falta de experiência, já que não ocupou cargos políticos ou não cumpriu mandatos anteriormente?

- Isso é uma tática, um discurso que os oportunistas usam para manter as pessoas íntegras fora da política. Qual é a minha experiência? Minha experiência consiste em 30 anos administrando um serviço extremamente essencial e zelando pela vida, tanto de quem presta o serviço quanto de quem o recebe. Essa é a minha justificativa. E eu, seguindo a lei de Deus – não pretendo trazer religião para o debate –, acredito que devemos adotar um princípio básico, um dos Dez Mandamentos: Não roubarás.

- Com tantos problemas na cidade, com uma dívida astronômica, problemas na saúde e educação, alguns candidatos começam a apresentar propostas que são, tradicionalmente, propostas petistas. Como apontar isso aos eleitores?

- A primeira coisa a dizer é que não me convidaram para essa festa de afundar o município. Então, tudo o que aconteceu leva a população a um discurso que afirma: "a esquerda não pode governar Taubaté porque vai afundar a cidade". Espera aí, mas a cidade vem afundando há 40 anos. Portanto, o primeiro ponto a ser dito é: nós não somos responsáveis pela crise de Taubaté, mas temos a solução para Taubaté, baseada nas políticas públicas do governo federal, do jeito PT de governar. Outro pon-

to a destacar são os programas, principalmente os programas de transferência de renda do partido, além das verbas federais destinadas à cidade, que estão lá na transparência, no Casa 13. São esses os benefícios que o governo federal tem proporcionado ao município e que precisamos explorar, que não são divulgados. É dessa forma que vamos conversar e lembrar que quem tem a chave do cofre e pode nos

**MINHA
EXPERIÊNCIA
CONSISTE
EM 30 ANOS
ADMINISTRANDO
UM SERVIÇO
EXTREMAMENTE
ESSENCIAL E
ZELANDO PELA
VIDA**

ajudar é o governo federal.

- No contexto da educação, o PROERD desempenhou um papel significativo. Considerando a situação educacional em Taubaté, assim como em outros setores, saúde sendo a prioridade, seguida pela educação, você tem algum projeto específico que possa promover uma mudança cultural no município? Há planos para incorporar essas

experiências?

- Quando eu fiz o meu trabalho no mestrado profissional sobre prevenção primária da violência pela educação, destaco dois pontos: o PROERD. Dessa forma, percebe-se claramente a minha simpatia, pois dentro da teoria do crime, criei o triângulo do crime, composto por três atores: produção, comercialização e consumo. Quanto à produção, não podemos atacá-la, pois ninguém produz cocaína dentro do Brasil. Em relação à comercialização, ao prendermos o traficante, surge imediatamente outro na fila, que é o que a polícia militar faz, outros dez já estão na fila, por causa do salário. No entanto, se focarmos no consumidor em um trabalho de médio e longo prazo, como é o Proerd, obteremos sucesso. Em Diadema, onde estou Corregedor-Geral da Guarda Municipal, a convite do Dr. Benedito Mariano, que é uma sumidade neste assunto de polícia cidadã, desenvolvemos um programa chamado Jovem Aprendiz, posteriormente transformado no programa Manoel Quirino e, por fim, em um Programa Nacional pelo ministro Luiz Marinho. O objetivo é preencher o vácuo deixado pelo Estado, agora ocupado pelos poderes paralelos. Neste sentido, o programa Pé de Meia do governo federal que concede R\$200,00 mensais aos estudantes é uma iniciativa essencial para jovens da periferia. Um professor conhecido meu que está dentro da sala de aula me contou que de repente, um dos alunos grita: caiu! Eles acompanham pela conta e é uma festa quando entra o dinheiro. Se para nós R\$200,00 não é pouca coisa, para esses jovens da periferia, faz muita diferença. Recentemente, compartilhei no meu perfil um vídeo de Paulo Freire, no qual ele aborda como ter escolas alegres com professores tristes? Nós de-

vemos cuidar da saúde mental dos alunos e dos professores também para trazer equilíbrio tanto físico quanto mental para esses jovens para que a gente não tenha problemas, porque já tivemos casos de suicídio em escolas de Taubaté.

- Você falou que Taubaté tem um índice de homicídio de 11 por 100 mil, mais do que outros municípios considerados maiores e mais problemáticos da região. Por que esse índice tão alto?

- As pessoas, sem analisar, costumam atribuir o aumento da violência aos presídios. No entanto, o exemplo de Lorena, com índice de criminalidade superior ao de Taubaté e sem presídio, refuta essa ideia. Em Diadema, houve um notável progresso: em 2001, registrava 237 homicídios por ano, mas em 2022, esse número reduziu para 22. Enquanto isso, Taubaté passou de 43 para 37 homicídios no mesmo período. O que Diadema fez de diferente? Além de várias políticas implementadas, incluindo a (operação) "Fecha Bar", cada homicídio era minuciosamente estudado – características, horário, perfis dos envolvidos, modus operandi – permitindo uma ação direcionada de acordo com as motivações subjacentes. A postura do secretário de segurança anterior, de que "está morrendo só o bandido", é irresponsável. A abordagem deve ser caso a caso, analisando individualmente as circunstâncias para atacar os fatores envolvidos de forma efetiva.

- Não podemos deixar de tratar dos altos índices de suicídio dentro da Polícia Militar. Temos discutido isso com muitos especialistas e ouvido muita gente sobre esse tema. A que você atribui esses números tão altos?

- Você tocou em um assunto que eu adoro discutir. Desde 1989, tenho acompanhado de perto essas questões, e agora estou analisando um trabalho do novo chefe do CAPS - Centro de Apoio Psicológico e Social da Polícia Militar. Nos últimos 20 anos, registramos entre 500 e 600 homicídios apenas na Polícia Militar de São Paulo. Na gestão atual, em apenas 16 meses, acredito que já ultrapassamos

NÓS DEVEMOS CUIDAR DA SAÚDE MENTAL DOS ALUNOS E DOS PROFESSORES TAMBÉM

40, beirando os 50. Mas não se discute isso, porque dizem que se a gente ficar discutindo, vai aumentar os índices. Então se a gente discutir feminicídio, vai aumentar o feminicídio? É uma alegação idiota. Estamos enfrentando dois desafios principais: uma questão doutrinária e uma questão estrutural. No que toca à questão doutrinária, durante o processo de seleção, formação e treinamento, constrói-se a

ideia, de forma bastante direta, de um "super-homem" que não tem sentimentos, necessidades e existe apenas para sua função. Assim que entram na corporação, os novos membros recebem uma orientação clara: esquecer os amigos, pois dali em diante, esse é o novo mundo deles. A figura materna, representada pela imagem convencional de uma mulher de óculos, é substituída pela bandeira no mastro, é por ela que você vai chorar. Aí você começa a desconstruir o indivíduo; surge então a pressão de que, para ser considerado policial, precisa-se matar três ou quatro pessoas. Isso faz com que o jovem inicie um processo de despersonalização e perda de identidade, entrando em um ciclo de humilhações e perda de dignidade. Embora aprendam coisas boas dentro da academia, ao chegar à rua, os mais antigos dizem para esse jovem esquecer tudo que aprenderam, pois "é na rua que se aprende a ser policial". Essa subcultura prevalece nas forças policiais. Eu acho que vocês nunca ouviram essa comparação. A Praça, quando entra, entra para 'ser polícia'. O aluno, quando entra para ser oficial, entra para seguir carreira. E onde está a diferença? Está no cotidiano; a frustração pode ser diária para alguns, enquanto outros apenas enfrentam essa frustração após décadas quando percebem se seus planos de vida prosperaram ou não. Mas como você foi condicionado a não ter sentimentos, quando as emoções afloram, elas começam a ser represadas, até que em um determinado momento, você explode. Para resolver isso, sugeri alterações durante uma live com Maria do Rosário pelo DCM. É essencial ajustar o artigo 83 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece que o ensino militar será regido

por lei específica. Atualmente, cada força policial formula sua própria lei e, no caso da PM de São Paulo, o ensino é gerenciado pelo comandante-geral. Eu acrescentaria um parágrafo neste artigo para que o gerenciamento do ensino seja realizado por uma comissão que inclua membros da comunidade e da sociedade civil. As matérias técnicas continuarão sendo lecionadas nas instituições por profissionais internos, mas as questões sociais devem ser encaminhadas para ambientes universitários, conduzidas por professores civis. Esta abordagem pode promover uma formação mais balanceada e integrada à realidade social, contribuindo para uma visão mais humanizada dentro das forças policiais. Essa é a questão doutrinária.

Vamos abordar agora a questão estrutural, um tema muito mais amplo. O sistema é muito bem distribuído, capilarizado pelo Estado inteiro, são mais de 50 NAPES, mas tem defeitos. Todos os psicólogos são policiais militares, o que cria um dilema: como um psicólogo pode tratar alguém que vê como parte de sua família"? Nós somos condicionados a não ver no outro alguém além do uniforme, além da farda. Então o psicólogo sempre vai ser um PM para mim. Por exemplo, se eu sou um comandante e já disciplinei um cabo que agora é psicólogo, como posso vê-lo de outra forma senão como o cabo que já pune? Assim, o PM se fecha e não procura ajuda. Um outro estigma muito comum é a tropa rejeitar trabalhar com alguém que foi a um psicólogo, que acaba sendo rotulado como "louco". O comandante olha para ele e diz: "tá enrolando". O que esse PM faz? Ele se fecha, até a hora em que ele explode, para a surpresa de todos. Eles dizem: nossa, eu não sabia! A últi-

ma comandante do do por uma comandante do NAPS - Núcleo de Atenção Psicológica e Social, que o sistema de saúde mental atende menos de 1% do efetivo, o que significa aproximadamente 800 PMs por ano - um número extremamente baixo considerando a necessidade. Faço um desafio: quantos dos policiais que cometeram suicídio estavam realmente sendo acompanhados por esse sistema? Pode ser que

A POLÍCIA MILITAR RECRUTA SEU EFETIVO DAS MESMAS ÁREAS GEOGRÁFICAS DE ONDE O CRIME RECRUTA OS SEUS.

nenhum, porque eles não procuram. A saúde emocional de um policial repousa sobre dois pilares fundamentais: o convívio familiar e a estabilidade financeira. Sem estabilidade financeira, o governo opta por "comprar" as folgas dos policiais, compelindo-os a trabalhar horas extras quando deveriam estar com suas famílias. Isso mina ainda mais qualquer equilíbrio emocional, pois eles sacrificam o tempo que

deveriam passar descansando ou com entes queridos, adicionando mais estresse e isolamento às suas vidas. Esse contexto torna ainda mais complexa a gestão da saúde mental dos policiais. É uma situação realmente difícil.

- Existe um sentimento generalizado, possivelmente devido à formação policial, de que as forças de segurança precisam de reeducação para não distinguirem entre brasileiros de diferentes categorias sociais. Além disso, é essencial que haja uma cultura antirracista nas polícias de todo o Brasil. Como você vê essa questão?

- A primeira coisa a ser entendida pelo policial é que ele não é um nobre, mas sim um trabalhador. Ele pertence à mesma classe social daquele que pega o metrô ou o trem às quatro da manhã com a marmita fria. Quero levar essa reflexão ainda mais adiante. Quando eu coordenava a escola de formação em Taubaté, houve um dia em que organizei os alunos para sentarem-se no pátio durante a educação física, vestidos apenas de calção, sem camisetas. Olhando de trás, observei a diversidade de tons de pele, a mesma matiz que vi em outra ocasião, durante uma revista num grande presídio em Tremembé, a Penitenciária 1, onde os presos também estavam vestidos de maneira semelhante. Essa constatação me levou a uma conclusão: a Polícia Militar recruta seu efetivo das mesmas áreas geográficas de onde o crime recruta os seus. É uma realidade difícil de aceitar, dolorida, mas o policial precisa tomar consciência disso. De que quem precisa dele é aquele cidadão que tem a mesma origem dele. E não o rico, porque o rico não precisa de polícia.



EM PLENO AVANÇO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DESAFIA ÁREAS DO TRABALHO E EDUCAÇÃO

Discussões sobre o uso da IA estão presentes, não só do ponto de vista da substituição dos humanos em tarefas mais complexas, mas também do aprofundamento da precarização, da segurança dos dados e dos rumos na aprendizagem

Claudia Rocha

"Estamos trabalhando duro para descobrir como fazer com que esses modelos não apenas falem, mas realmente raciocinem, planejem, tenham memória", disse Joelle Pineau, vice-presidente de pesquisa em Inteligência Artificial da Meta, em um evento de tecnologia realizado em Londres

no início de abril.

Executivos da OpenAI e da Meta apontaram que as empresas seguem na direção de aprofundar as novas versões dos modelos de linguagem que alimentam o que tem fascinado e assustado os humanos mundo afora nos últimos anos, a IA generativa. A categoria de inteligência artificial, que pode criar novos textos, imagens,

vídeos, áudios e códigos, se baseia no conceito de aprendizado de máquina ("machine learning", em inglês).

"Acho que estamos apenas começando a arranhar a superfície da capacidade que esses modelos têm de raciocinar", opinou o diretor de operações da OpenAI, Brad Lightcap, em entrevista ao Financial Times.

As demandas atendidas de forma rápida e, na maior parte do tempo, certa, ocorrem a partir de conjuntos de redes neurais artificiais. As expectativas de evolução na proximidade entre computadores e pessoas são antigas. O conceito de Inteligência Artificial, por exemplo, foi citado pela primeira vez ainda na década de 50 pelo matemático inglês Alan Turing em seu artigo "Computing Machinery and Intelligence" (Máquinas Computacionais e Inteligência), no qual ele propôs o famoso "Teste de Turing", em que pessoas interagiam com pessoas e com máquinas e precisavam descobrir com quem era a interação. Em 2014, em um dos testes, dos 30 participantes, 10 acreditaram que conversavam com um garoto de 13 anos ucraniano ao invés de estarem em diálogo com um chatbot desenvolvido na Rússia, o que foi considerado um marco.

Mesmo com o rápido desenvolvimento das tecnologias de IA, erros como "preconceitos sociais, alucinações e alertas adversários" permanecem mesmo nas versões mais avançadas, de acordo com a OpenAI, responsável pelo ChatGPT. O tema da transparência no treinamento das plataformas começa a ganhar repercussão no debate público. Segundo informações do site da empresa, "o GPT 4 tem 82% menos probabilidade de responder a solicitações de conteúdo proibido e 40% mais chances de produzir respostas factuais do que o GPT 3.5 em avaliações internas".

Em abril do ano passado, foi publicada uma carta aberta com mais de mil signatários, entre eles: Steve Wozniak, um dos fundadores da Apple; Emad Mostaque, da Stability AI; Yoshua Bengio, conhecido como padrinho das IAs; Stuart Russell, que esteve



Reprodução

na vanguarda desse campo de pesquisa; e o polêmico bilionário dono do X, antigo Twitter, Elon Musk. O pedido foi para que fossem interrompidos por seis meses os trabalhos de treinamento de robôs em um sistema apoiado pela Microsoft considerado mais avançado do que o GPT 4.

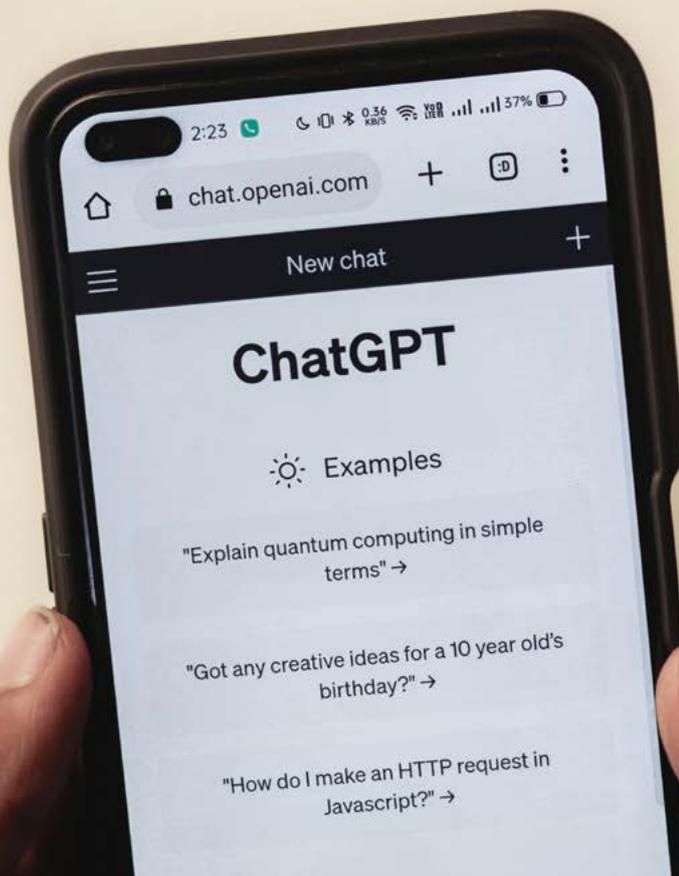
A justificativa, aponta o documento, seria o de repensar os riscos potenciais para a humanidade, como a disseminação de propaganda e desinformação, a automação de empregos, a potencial obsolescência humana e o risco de perder o controle da civilização.

"Existe a mistificação de uma inteligência, que não é inteligência e nem é artificial porque é o homem que produziu, são os dados humanos que alimentam esse mecanismo", explica Roseli Figaro, professora titular da Uni-

versidade de São Paulo que coordena o Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da USP.

"Os ideólogos que divulgam os achados do conhecimento humano na atualidade têm uma intencionalidade comercial muito grande, então há uma série de metáforas para nomear determinadas coisas, que são usadas no sentido muito mais da persuasão, de mistificar, do que de esclarecer, por isso que chamo o momento em que vivemos de uma era de obscurantismo", destaca a pesquisadora.

Roseli lembra, por exemplo, do conceito de "nuvem", que é amplamente divulgado de maneira pouco transparente para os consumidores das plataformas. "Não tem nada na nuvem, essa nuvem simplesmente também mistifica onde esses dados são guardados, quem se apropria



desse dados, porque se colocar que não é uma nuvem, mas que é um data center que fica no endereço tal, na cidade tal, no país tal, aí as pessoas vão se preocupar mais, né?”

A coordenadora do centro de pesquisa destaca que o principal ativo dessas empresas são os dados coletados dos usuários, como se elas investissem em um terreno que, cada vez mais, está se valorizando. “Qual é o ativo dessas empresas porque elas dizem que não têm lucro, né? A Uber mesmo disse que teve lucro outro dia, recentemente”, questiona Roseli, chamando a atenção para o modelo de negócios dessas empresas. “Alguém vai me dizer que a Uber ganha dinheiro transportando pessoas, que o Ifood ganha dinheiro transportando comida?”, conclui.

MUNDO DO TRABALHO

Na última quinta-feira (25), o Google divulgou um relatório elaborado pelo pesquisador Andrew McAfee, que fala sobre os

potenciais impactos econômicos da IA generativa e a especialização profissional para seu uso no mercado de trabalho. O estudo trouxe a estimativa de que cerca de 80% dos empregos nos Estados Unidos poderiam ter ao menos 10% de suas tarefas realizadas duas vezes mais rápido sem perda de qualidade.

No ano passado, uma pesquisa do banco de investimentos Goldman Sachs calculou que cerca de dois terços dos empregos nos Estados Unidos e na Europa já estão expostos a algum grau de automação e que, em dez anos, a projeção é de que 300 milhões de trabalhadores utilizem IA em tempo integral durante a jornada de trabalho.

Além de entender como a Inteligência Artificial se localiza dentro do mercado de trabalho já estabelecido, vale destacar que há uma função bastante precarizada para que a engrenagem funcione – a dos anotadores de dados. Roseli Figaro, do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da USP, comenta que os trabalhado-

res desse segmento são “invisíveis” na cadeia, apesar da extrema importância porque são eles que identificam as situações que os softwares irão apresentar e transformam em sentenças matemáticas passíveis de leitura pelas máquinas. Isso faz com que, segundo a pesquisadora, seja complexa a identificação da empresa em um modelo antigo de reivindicação de direitos trabalhistas.

No Brasil, o debate relacionado à regulamentação de tecnologias, atualmente, está mais focado na construção de parâmetros para uma melhor atuação das big techs que dominam o setor de redes sociais. Mas o tema da IA é acompanhado também pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que travou recentemente uma discussão junto a empresas como Ifood e Uber, que empregam via seus aplicativos mais de 1,5 milhão de brasileiros, segundo o IBGE.

“No Ministério do Trabalho e Emprego, entendemos que este uso da ciência a favor do bem-estar da população é crucial e que-



Reprodução

remos contribuir para que mais profissionais sejam capacitados para utilizar novas ferramentas de forma correta e com isso manter e até ampliar empregos”, afirma Chico Macena, secretário-executivo da pasta.

Nesta segunda-feira (29), em conversa com jornalistas no evento NETmundial+10, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, afirmou que planeja entregar um plano de ações relacionadas à IA no mês de junho e que há um PL no Senado apoiado pelo governo para a regulamentação dos mecanismos de inteligência artificial no país. O MCTI aponta que existem estudos sobre o uso de supercomputadores em diferentes setores, como saúde, agricultura, infraestrutura e educação.

SALA DE AULA

“Elas [as tecnologias] não são ferramentas auxiliares. Elas precisam entrar como estruturantes dos processos, no sentido de que elas são fundamento. Então, as tecnologias contemporâneas hoje são mecanismos de escrita do presente e, dessa forma, elas não podem entrar na escola como recursos didáticos pedagógicos.

Elas entram com uma perspectiva de fortalecer a criação”, defende Nelson Pretto, professor da Universidade Federal da Bahia e militante por uma relação saudável entre educação e tecnologia.

Autor de diversos livros sobre o assunto, ele está há 30 anos no tema e coordena o grupo de pesquisa “Educação, Comunicação e Tecnologias”, da UFBA. Para Pretto, é preciso que seja construído um círculo virtuoso de produção de culturas e conhecimentos, o que considera como ponto central da discussão.

“O que nós precisamos é de leitores, sejam leitores de tela, de papel, o que quer que seja, leitores do corpo, leitores do mundo, leitores atentos, desconfiados que tenham possibilidade de identificar tudo o que tem por trás daquilo que lhe chegou”, aponta o pesquisador.

Segundo Pretto, a solução “não é, em hipótese alguma, proibir celular, ChatGPT ou qualquer coisa, ao contrário, eles têm que entrar exatamente para que a gente possa dissecar. E aí a gente tem que ter todo um letramento algorítmico, um letramento de dados”, opina.

No mês passado, o governo de São Paulo, comandado por

Tarcísio de Freitas, anunciou o uso de inteligência artificial na produção das aulas digitais do 3º bimestre deste ano, em substituição ao trabalho dos professores curriculistas, que agora passam a apenas revisar o conteúdo elaborado pela IA. Segundo o texto enviado aos professores, divulgado pelo jornal Folha de S. Paulo, a ferramenta de inteligência artificial vai gerar a “primeira versão da aula com base nos temas pré-definidos e referências concedidas pela secretaria”.

A medida é criticada por Nelson Pretto que destaca a relação do secretário da Educação, Renato Feder, com empresas do setor; no ano passado, o governo de São Paulo fechou três contratos com a Multilaser, tendo Feder como um dos acionistas. De acordo com o professor, há também um problema de ordem conceitual, já que houve, inclusive, a tentativa de substituição completa de livros físicos por livros digitais na rede estadual. “É um verdadeiro absurdo raciocinar em torno dessa lógica de que chega o livro digital, então, joga fora o livro impresso, chega a televisão, então, joga fora o cinema, o rádio. Os meios convivem, e conviverão a vida inteira”, afirma Pretto.



AS CONSEQUÊNCIAS ATUAIS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL **REALMENTE EXISTENTE**

É fundamental que a sociedade se informe sobre as capacidades e limitações da IA, questione as narrativas promovidas pelas corporações e participe ativamente na definição de um futuro tecnológico que seja ético, justo, sustentável e que amplie os direitos das trabalhadoras e trabalhadores

Existem diversos tipos de IA realmente existentes, mas dois predominam atualmente. Um se baseia na abordagem simbólica, no uso da lógica para a manipulação de símbolos. Outro, a conexionista, se inspira na rede neural do cérebro humano para processar informações. Ela simula as redes neurais artificiais, compostas por unidades de processamento (neurônios artificiais) interconectadas, para extrair padrões e tomar decisões a partir de dados. O aprendizado ocorre por meio do ajuste dos pesos das conexões entre os neurônios artificiais, a partir de algoritmos de otimização, permitindo que o sistema melhore seu desempenho em tarefas específicas com base na experiência. Isso é metaforicamente chamado de treinamento.

Os dados são o insumo fundamental dos modelos de IA realmente existente. Para criar os grandes modelos de linguagem, os LLMs, tais como o GTP, é necessário reunir bilhões de dados e muitas horas de computação para que os algoritmos sejam capazes de extrair padrões dos dados e cumprirem seus objetivos. Assim, uma das principais infraestruturas da IA são os Data Centers, locais adequados ao armazenamento e processamento de dados. Existem vários tipos de Data Centers conforme seu tamanho, características e modelos de negócios. Muitos deles são chamados de hiperescala e possuem em um único prédio mais de 300 mil computadores capazes de realizar um alto processamento de dados.

Além de um elevado gasto de energia, a economia digital dependente de dados e a crescen-

te utilização de IA baseada em dados tem exigido uma grande quantidade de água para manter a temperatura adequada dos ambientes e das máquinas que rodam os modelos algorítmicos e vasculham suas bases de dados. As implicações ambientais das infraestruturas necessárias para suportar essas tecnologias são extremamente preocupantes. O treinamento de modelos avançados de IA, como o LaMDA do Google, gerou aproximadamente 36.000 toneladas de CO2 na atmosfera. O paradigma de uma IA dependente cada vez mais de dados é um grande desafio para a sustentabilidade ambiental.

Essa situação é agravada pela concentração de poder e conhecimento nas mãos de grandes corporações tecnológicas, as Big Techs, que dominam tanto a infraestrutura quanto o desenvolvimento da IA, muitas vezes em detrimento da pesquisa acadêmica e com pouca regulamentação ou supervisão. Em 2022, havia 32 modelos significativos de aprendizado de máquina produzidos pelas corporações, em comparação com apenas três produzidos pela academia.

No campo do jornalismo e da educação, o aumento da automação e a utilização de sistemas de IA estão gerando não somente melhorias. Os sistemas automatizados, em especial, os grandes modelos de linguagem estão trazendo também a precarização de diversas atividades. Isso não apenas afeta o emprego, mas também a qualidade e a profundidade da educação e da informação jornalística. A substituição da criatividade e do discernimento humanos por decisões algorítmicas pode reduzir a diversidade tecnológica e cultural, bem como comprometer a integridade profissional nessas áreas.

Os problemas éticos relacionados à coleta e ao uso de dados também são preocupantes, com muitos algoritmos sendo treinados com dados coletados sem consentimento explícito, levantando questões de privacidade e segurança. A opacidade dos processos de decisão dos sistemas de IA pode facilitar a discriminação e o viés, perpetuando desigualdades existentes. Assim, torna-se crucial que governos e organizações internacionais estabeleçam diretrizes claras e rigorosas para o desenvolvimento e a implementação de IA, garantindo o uso responsável e ético dessas tecnologias.

A necessidade de uma abordagem multidisciplinar no estudo e desenvolvimento da IA é evidente, envolvendo uma colaboração entre técnicos, especialistas em ética, sociólogos, juristas e políticos. Esta abordagem holística é essencial para entender as implicações amplas da IA e para desenvolver tecnologias que beneficiem toda a sociedade, e não apenas interesses corporativos específicos.

Por fim, a importância da conscientização e da ação coletiva não pode ser subestimada. É fundamental que a sociedade se informe sobre as capacidades e limitações da IA, questione as narrativas promovidas pelas corporações e participe ativamente na definição de um futuro tecnológico que seja ético, justo, sustentável e que amplie os direitos das trabalhadoras e trabalhadores.

Sérgio Amadeu da Silveira é sociólogo e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. É professor da pós-graduação da Faculdade de Comunicação Cásper Líbero. Autor de várias publicações, entre elas: *Exclusão Digital: a miséria na era da informação*. Militante do Software Livre.



Reprodução

PERSEGUIÇÃO E REPRESSÃO CONTRA O SINDICALISMO DURANTE A DITADURA MILITAR

Frei Chico

Publicado originalmente no especial sobre os 60 anos do Golpe de 1964 da revista Teoria e Debate, da Fundação Perseu Abramo, este depoimento de Frei Chico traz um testemunho tocante sobre a perseguição a movimentos de trabalhadores organizados durante a ditadura militar e um chamado à realidade das lutas trabalhistas de agora. A Focus reproduz o depoimento em reconhecimento à luta do companheiro Frei Chico para marcar esta semana de luta do Dia do Trabalhador, 1º de maio. José Ferreira da Silva é irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e um dos oito filhos de um casal de camponeses do interior rural do nordeste pernambucano. Conhecido como Frei Chico, foi ele quem convenceu o irmão e companheiro de casa a juntar-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Operário e sindicalista nos anos 1960, foi barbaramente torturado na prisão. O pau de arara e os choques elétricos deixaram-lhe marcas profundas. Para

esta edição de Teoria e Debate, Frei Chico gravou um depoimento sobre os 60 anos do golpe militar.

O movimento sindical nunca deixou de sofrer repressão. Aí veio o golpe de 1964 para tirar nossos sonhos. Fiquei muito revoltado. O golpe foi decorrência de causas políticas anteriores. Por exemplo, naquela época dos anos 1960, aconteceu a Revolução Cubana (1959) que, para nós trabalhadores que acompanhávamos a atividade dos comunistas à época, a gente vivia entusiasmado com ela.

Eu já acompanhava o movimento sindical, era sócio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Depois, veio o golpe, mas antes a gente tinha feito uma movimentação intensa. Fizemos uma greve em 1962, quando conseguimos 13º salário. Essas coisas não são ditas por quem ignora direitos, que abre mão de seus direitos trabalhistas, porque foram conquistas alcançadas por meio de muita luta - muita gente morreu, foi presa mesmo na época do João Goulart.

Eu ainda não era organizado em um partido, só no sindicato, mas convivia com os comunistas na empresa em que trabalhava, a Pontal, e aí começaram os protestos. Achávamos que íamos parar o Brasil, que o golpe viria, mas que iríamos reagir. O que sonhávamos era que tínhamos mobilização para reagir. Era um sonho. Não tivemos nenhuma reação. Lembro que tentou-se uma greve geral, algumas empresas pararam, mas não deu certo. Foi muito triste para nós. Eu, particularmente, fiquei muito triste. Al-

guns companheiros ficaram abalados, como se fosse uma facada. Aí vieram prisões no movimento sindical, dos trabalhadores.

Mas tem algumas coisas que precisamos lembrar ao povo, como, por exemplo, essa questão do uso de um Deus bíblico "anticomunista". Naquele período foi muito violento. Imagine que trouxeram, inventaram certa vez uma cruz que "desceu do céu", isso depois do golpe já em andamento. Essa cruz veio, desceu, no Anhangabaú, com milhares de pessoas assistindo. E a cruz desceu de helicóptero. Esse povo, estupidamente, passou a carregar essa cruz a diversos bairros, igrejas.

Eu morava no Ipiranga ainda, na Vila Carioca. Tem uma igreja de Nossa Senhora Aparecida lá, conduzida pelo padre Mário Marques. Eu e alguns companheiros fomos até lá ver: uma fila quilométrica, uma cena ridícula. Era um cara sentado numa cadeira alta, tipo de imperador, com a cruz do lado esquerdo. A pessoa passava e beijava a cruz, beijava a mão do padre. Depois, na frente dele, jogavam dinheiro num cobertor esticado no chão.

Logo em seguida, o jornal Diário da Noite partiu com a campanha "Dê ouro para o bem do Brasil". Algo como "para salvar o Brasil do comunismo, vamos dar ouro!", e o pessoal trocava aliança, correntinha de ouro, anel... tudo por uma correntinha de prata. O que deu esse dinheiro? Ninguém sabe, até hoje. Fiquei com ódio de igreja.

Eu já militava no movimento sindical, fui para São Bernardo. A empresa em que trabalhava tinha um delegado de polícia que ficava lá dentro. Uma empresa grande, cerca de três mil trabalhadores. Ele ia lá de vez em quando, na hora do almoço, só para dizer

que estávamos sendo vigiados. Mas não era só nessa empresa, muitas empresas tinham esse tipo de gente, policiais e alguns tenentes, sargentos.

Não tínhamos um bebedouro, numa empresa grande, tínhamos que beber água na torneira ou pegar uma vasilha qualquer. Fizemos um abaixo assinado para conseguir um bebedouro de água gelada. Aí chegava nos religiosos, os crentes, e eles não assinavam. Era para pedir água, um bebedor de água, e os caras não assinavam. "Porque nós respeitamos o poder, o Senhor não sei o quê lá". Eu ficava muito bravo. Passou um tempo, passei a me refazer politicamente dentro do Partidão, comecei a ler mais e participar de alguns cursos. Entendi que ficaria muito isolado se continuasse com essa política, o povo não vai adquirir consciência se você não conversar com ele direto. Muitos não vão mudar, mas alguns mudam. Aí passei a aceitar meu apelido de Frei Chico, que surgiu numa assembleia de sindicato em São Bernardo. Depois, quando fui preso, esse nome ficou, Frei Chico. Engraçado é que os caras queriam me condenar para eu reconhecer que era codinome, não era codinome, era apelido. Peguei o abaixo-assinado e o juiz aceitou como apelido. Mas foi muito triste para nós nesse período. Na Vila Carioca, a empresa Pontal pagava um salário muito bom, a gente recebia em cima da produção do mês, era interessante o pagamento deles. Veio a fracassar o serviço e nesse movimento, fomos para o sindicato. Vim para o sindicato de São Paulo e trouxemos o pessoal, conseguimos reunir 200 pessoas para fazer uma assembleia e abrimos um processo coletivo contra o atraso de pagamento e pelo salário não



LULA discursa da grande greve de metalúrgicos do ABC Paulista, em 1979. O grande incentivador: Frei Chico, seu irmão

reajustado, conforme foi combinado antes. Moral da história: fui mandado embora sem direito, porque quando você abre um processo coletivo, tem um cabeça - que fui eu, com 22 anos -, me lasquei, mas os companheiros me ajudaram. Fui trabalhar na Massaro, na Rodovia Dutra.

Depois disso, o sindicato estava sob intervenção, em 1965/1966. Fiz a primeira assembleia com microfone falando para a massa, uns 200 caras. E fui trabalhando em São Bernardo, a gente ia para o sindicato e tinha um interventor. O de São Bernardo era Afonso Monteiro da Cruz. Era um quadro político e naquele momento queria sair do sindicato, havia muita pressão em cima dele, não estava aguentando.

Fiquei em São Bernardo, na Villares, e o Lula também, a gente morava junto. Aqui entra a minha história de tentar convencê-lo a aprender alguma coisa sobre política. Era um trabalho difícil. Não é fácil chegar num cara e falar: vamos comigo a tal lugar. Se

fosse uma distração, um show, era mais fácil, mas ir a um sindicato, numa assembleia, não era tão fácil. E consegui fazer isso com o Lula, levei-o ao sindicato umas duas ou três vezes. Passado um tempo, saí da Villares e fui trabalhar numa outra empresa que passou por um corte muito grande. Trabalhava em Osasco e já era sócio em São Bernardo do Campo, frequentava o sindicato em 1966/1967.

Depois veio a chapa do sindicato de São Bernardo e numa assembleia, na época, a gente já tinha uma noção do movimento sindical e político. Eu não era filiado a nenhum partido. Tinha simpatia pelos comunistas, pelo Partido Comunista. E a gente fazia a política deles também. A gente se organizava junto mas, em São Bernardo, eles formaram uma chapa, o Paulo Vidal tinha que sair, tinha que encabeçar o sindicato, e o Afonso sairia. Eles queriam que eu participasse. É um drama na nossa vida, ainda bem que a gente tem essa cons-

ciência. Se eu entrasse na chapa, o companheiro que estava no sindicato, representante na minha empresa, ele teria que sair, quer dizer, perderia o mandato. Se ele perdesse o mandato, eu ficava no lugar dele. Só que ele seria mandado embora, porque a empresa não o aguentaria. Moral da história, falei não. Então ele fica e vou embora. Moleque novo ainda, fui para São Caetano.

Nesse período, o Afonso perguntou se não tinha ninguém para indicar. Precisamos de alguém da Villares (mil trabalhadores, era grande). Aí falei: tem o meu irmão. Vamos conversar com ele? Vamos tentar. Ele já namorava a Lourdes. Ele acabou indo e a gente ficava tomando uma cachacinha no Bar da Rosa. E aí o Lula saiu e surgiu no movimento sindical, nesse ambiente, cachacinha e conversa para convencer. Depois que o Lula entrou, vim morar e militar em São Caetano e montamos uma base do Partidão. Foi complicado, porque tem o drama de família. O Lula perdeu a mulher dele, a Lourdes morreu. Eu pagava aluguel e fui morar com ele. Eu, minha mulher, minha mãe e meu filho mais velho. Lula ficou viúvo um tempo, ficou mal no começo, depois conseguimos levá-lo para o sindicato, para ajudar, porque ele estava muito abalado por causa da perda da mulher e do filho. Foi um momento muito difícil da vida dele.

A gente continuava militando no movimento sindical e continuava atuando junto com o Partidão. Nos anos 1970, entrei num carro Volkswagen, fusquinha de um amigo que mora na Praia Grande até hoje com o pai dele (que era do Partidão) e um assistente da região, o Emílio Bonfante de Maria. Emílio era comandante da Marinha Mercante,



REUNIÃO de metalúrgicos do ABC em greve em finais dos anos 1970

muito procurado, e ele era nosso assistente. Aceitei me filiar ao partido clandestinamente. Não tinha ficha, é lógico. Aí tem uma passagem engraçada que tenho que contar para o pessoal ver como a vida é engraçada. Pedro Daniel era crente. Dessas igrejas mais conservadoras, tradicionais. Estávamos presos no Doi-Codi. Pedro Daniel foi muito torturado também. Todo mundo, ali não passava ninguém sem ser torturado. E um dia estávamos numa sala grande, nos puseram ali e não cabia 20 pessoas.

Eu fui preso em 1975. Nesse dia, o Pedro Daniel estava lá. Eles nos deixavam ali e iam torturando outras pessoas. Tínhamos um companheiro em Santos que foi muito torturado na nossa frente, na cela. Jogavam um balde d'água nele e o faziam nadar no chão, todo ensanguentado. Ele casou com uma companheira advogada de Santos. O Cebola foi uma das vítimas. Não o mataram ali, mas ficou com muitas sequelas. E o Pedro Daniel vendo tudo isso, uma hora alguém pediu um cigarro para um torturador. Nes-

sa cela estavam o Zé Roberto Melhem, o Pedro Daniel, Osvaldo de Caminato. O Pedro Daniel era o único que não fumava. Eu também não fumava. Aí pediu um cigarro ao carcereiro, que não quis dar. E ele falou, "então o senhor me arruma uma bíblia, porque preciso ler a bíblia". O carcereiro ficou muito bravo. Sei que o levaram, foi interrogado de novo, deram um pau. Acabaram dando um pau no Pedro Daniel só porque ele pediu uma bíblia. Particularmente, eu achava absurdo pedir uma bíblia, mas ele pediu, fazer o quê?

A ditadura continuava existindo, havia uma briga danada e nesse período, o movimento sindical tinha se organizado. Quero voltar um pouquinho no tempo. Nos anos de 1973/1974 foi descoberto em São Bernardo do Campo a indústria automobilística e tinha o Delfim Netto [ministro da Economia] orientando a não dar aumento. Sei que foi roubado o 13% do salário do trabalhador, pois tudo era decidido pela negociação direta. O aumento salarial

era o governo quem decretava. E aí foi descoberto, graças ao Dieese, que tínhamos sido roubados. Começou o movimento sindical a crescer em cima disso. E São Bernardo fez uma assembleia monstruosa, naquele tempo o Lula ainda não era presidente. Outras categorias fizeram várias assembleias, mas não conseguiu. Aos pouquinhos recuperaram isso. Foi passando o tempo, em 1976/1977, a gente criou um movimento chamado MIA (Movimento Antiarrocho Salarial). A gente articulava isso, o Partidão e outros companheiros da igreja ligados ao Dom Paulo. O MIA, para fazer a campanha, recuperar as perdas salariais e conseguir influenciar no aumento salarial, se uniu ao movimento sindical. Esse movimento foi estourado na Praça da Sé, em 1968, quando fizemos um ato político unindo até o governador da época, que era o Abreu Sodré. Foi um grande ato na Praça da Sé. Os companheiros mais radicais do movimento operário, ligado à Pastoral da Terra, vieram prontos para tocar fogo no palanque.

Manoel Fiel Filho frequentava esse sindicato, era militante do Partidão. Eu militava em São Caetano há muito tempo. E o Fiel foi uma das vítimas da prepotência do sistema.

O Partidão tinha sofrido derrotas ferrenhas. O Vladimir Herzog morreu no sábado e provocou uma guinada na sociedade brasileira e parte da esquerda democrática, que começou a forçar a barra da anistia e em um monte de coisas, o regime foi cedendo. Houve uma reunião chamada Trilateral, nos anos 1970, quando a burguesia do mundo, a elite dominante que tinha implantado as ditaduras na América Latina, reconhece que não dava para manter ditaduras e começaram a

pregar o fim desses regimes. Entenderam que era mais fácil dominar de outra forma, não com prisão, morte, exército. Entramos nesse processo, mas pouca gente acreditava. A gente sentia que tinha muita gente da elite que estava se afastando do regime.

Vem a anistia política. Nesse período, os sindicatos se prepararam muito bem. Tem a Petróbras, no Rio, e companheiros de outros estados. São Bernardo fez um trabalho, porque Lula entrou no sindicato, mas nunca aceitou ser do Partido Comunista. E aí veio essa baita movimentação de São Bernardo, que começou na Scania, e isso mudou a história do Brasil. Mas nós, do Partidão na época, tínhamos uma visão um pouco atrasada, estava na clandestinidade. E é lógico que nesse período surgiram lideranças novas, quadros novos. E perdemos um pouco o bonde da história, o Partidão tinha quadros bons e interessantes, que ficaram a reboque do PT e da CUT, porque o nosso partido tinha uma visão de aliança com pessoas que não tinham mais credibilidade.

Conseguimos a democracia, em parte, conseguimos eleger presidente da República operário. Imagina isso no mundo? Tem gente que não compreende essas coisas. Qual é o país do mundo que elegeu um presidente de origem operária? Só nós. Agora eu digo que graças à urna eletrônica, se não fosse assim, não elegia ninguém, porque o mapa eleitoral com cédula, era estupidamente manobrável. Vejo o modelo norte-americano e me assusta. Até hoje não entendi aquilo e agora mesmo eles estão passando um processo muito sério, porque os caras estão arrebatando o próprio sistema.

Tem umas coisas que estão

acontecendo no mundo e não estamos entendendo. Vejo com muita preocupação nosso futuro. Estamos até hoje amarrados, os americanos não abrem mão da gente, somos uma reserva estratégica deles. Não entendemos isso, alguns companheiros não entendem isso. Ficam brincando.

Como é que pode um cara ter uma motocicleta, trabalhar entregando pizzas e achar que é autônomo? A carteira profissional que tínhamos como garantida está indo para o espaço, vamos ter que inventar arrecadação de dinheiro para pagar as aposentadorias. Como manter esse povo trabalhando e sustentando, onde vamos arrumar dinheiro para isso? Não terá sem alguma contribuição.

Sessenta anos depois, eleito democraticamente, Lula sofreu uma tentativa de golpe, inclusive organizado por militares. Mas você vê a conexão, enxergar que a direita brasileira sempre existiu, sempre teve direitista e continua tendo Bolsonaro. Você vê a conexão entre o golpe de 1964 e a tentativa de golpe de 2023. Tem diferença de momentos, mas é a mesma teoria. O que não tiveram dessa vez foi apoio. Conseguimos segurar um pouco, mas eles usaram os mesmos métodos de 1964.

O estudante não quer mais nem ler um livro. Estamos passando por uma fase muito difícil. O movimento sindical que ainda resta tem que entender que é preciso martelar no trabalhador que o sindicato é dele, a garantia que tem de trabalho, de horas trabalhadas... é tudo dele. Não estamos fazendo isso direito. Eu me revolto, não acredito que estamos passando por isso. Estamos tentando com a mídia alternativa, porque essa imprensa que temos influencia o Brasil.



Ricardo Stuckert

“O BRASIL NÃO PODE PENSAR PEQUENO E NEM SONHAR PEQUENO”, CONVOCA LULA

Em visita à sede da Embraer, em São José dos Campos, presidente Lula reafirmou necessidade de industrializar o Brasil. Durante discurso, ele também defendeu fomento do turismo interno

O presidente Lula e outras autoridades do governo federal estiveram, nesta sexta-feira (26), na sede da Embraer, em São José dos Campos (SP), para participar da cerimônia de entrega de mais uma aeronave de última geração, modelo 195-E2, à empresa Azul Linhas Aéreas. A encomenda vai fomentar a indústria de ponta e a produção de valor agregado no país.

Depois de ter concluído agenda em Nova Lima (MG), onde, mais cedo, inaugurou a primeira fábrica de insulina da história do Brasil, o presidente Lula reafirmou a importância de se fomentar a indústria nacional. “Um país que tem uma Embraer, um país que tem uma cidade como São José dos Campos, um país que tem uma Azul, não pode pensar pequeno e não pode sonhar pequeno”, declarou.

A Azul vai receber, até o fim de 2024, mais 13 desses aviões da Embraer, no valor de R\$ 3 bilhões. O 195-E2 se consolidou como um dos equipamentos mais eficientes hoje no mercado, com até 25% menos emissão de gás carbônico.

“É um orgulho muito grande ver essa empresa com tanto vigor e com tantos projetos tão importantes”, exaltou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT-SP).

Na fábrica da Embraer, acompanhado do vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSD-SP), e de mi-

nistros de Estado, Lula se reuniu com o presidente da fabricante brasileira de aeronaves e CEO da companhia, Francisco Gomes, e com o diretor-presidente da Azul, John Rodgers. Após conversa reservada, Haddad se disse entusiasmado com os rumos da Embraer.

“Podemos ver que os planos da companhia preveem uma geração recorde de empregos. A ação da Embraer já bateu recorde histórico na bolsa, isso é sinal de que quem está olhando para a Embraer está vendo com otimismo o desenvolvimento da companhia. Uma companhia que produz uma coisa que impressiona o mundo. Mostra que o brasileiro tem toda a condição de agregar valor à produção, de agregar conhecimento à produção”, elogiou.

Brasil turístico

Durante discurso, o presidente Lula defendeu a promoção do turismo interno como maneira de desenvolver a economia. O chefe do Executivo ressaltou o tamanho do país e as belezas naturais que o compõem. “O Brasil tem quase 6 mil municípios, o Brasil tem 27 capitais, o Brasil tem cidade de 200 mil habitantes, de 250, de 300. Ora, a gente precisa ter voos regionais, como tem no mundo inteiro, para voar internamente”, lembrou.

“Ao invés da gente querer viajar para ver o Museu do Louvre, em Paris, ao invés da gente

querer viajar para a Disney, que é muito importante, era preciso que nosso povo conhecesse o Brasil (...) Quantos voos foram feitos de turismo para a Amazônia? Nenhum. As pessoas passam por cima da Amazônia e vão para a Europa e vão para os Estados Unidos (...) porque nós temos culpa”, criticou, antes de pedir o empenho do governo no fomento do turismo no próprio país.

Última geração

Desde fevereiro, a Azul oferece voos diretos e diários de Brasília a Belém, com bilhetes disponíveis para compra no site da companhia aérea. A rota doméstica é operada pelos modernos 195-E2.

O modelo 195-E2 é o maior e mais sustentável avião de sua classe. Com capacidade para até 146 passageiros, pode chegar à velocidade máxima de cruzeiro de mais de 860 km/h.

Além da Azul, operam a aeronave de última geração a holandesa KLM, a espanhola Binter Canarias, a chinesa ICBC, a norte-americana Aircastle, a canadense Porter, a suíça Helvetic Airways, a irlandesa AerCap, a nigeriana Air Peace, entre outras.

Com 18 mil funcionários, a Embraer é a terceira maior fabricante de jatos do mundo, responsável pela entrega, até hoje, de mais de 8 mil encomendas a diversos países.



GOVERNO LANÇA PROGRAMA ACREDITA COM MICROCRÉDITO PARA PÚBLICO DO CADÚNICO

Iniciativa oferece crédito a taxas menores com três linhas de ação: capacitação, empreendedorismo e emprego

Para gerar emprego e renda, promover o desenvolvimento econômico, reduzir a desigualdade social e combater a pobreza, o Governo Federal lançou, nesta segunda-feira (22.04), em Brasília, o Programa Acredita. O conjunto de medidas visa democratizar o acesso ao crédito para a população mais vulnerável, incluindo os inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), e impulsionar o empreendedorismo em todo o país.

"Hoje, o presidente Lula lança a modernização do empreendedorismo e o maior programa de apoio e incentivo a esse setor da

nossa história", defendeu o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias. "O Programa Acredita é a chave para abrir as portas para um futuro de oportunidades ilimitadas. Acreditamos no potencial empreendedor do povo brasileiro e estamos aqui para apoiá-lo a realizar seus sonhos", completou.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva também reforçou o compromisso do governo para o crescimento econômico nacional. "Voltamos a governar esse país para transformá-lo em um definitivamente desenvolvido. Queremos um país que tenha uma classe média sustentável e

esse programa dá um pontapé extraordinário, que é colocar dinheiro na mão do povo", afirmou.

Uma das principais medidas é a criação do Acredita no Primeiro Passo, um programa de microcrédito direcionado aos inscritos no CadÚnico. A iniciativa oferece crédito a taxas menores para que as pessoas possam empreender e gerar renda por meio de três linhas de ação: capacitação, empreendedorismo e emprego.

O conjunto de medidas vai beneficiar milhões de brasileiros, especialmente aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social. Estima-se que 4,6 milhões de pessoas do CadÚnico já empreendem formalmente

e 14 milhões desejam abrir seus negócios.

Em seu discurso, o ministro Wellington Dias destacou também a importância do Acredita para o desenvolvimento do Brasil. "O programa é mais do que um conjunto de ações governamentais. É a expressão da confiança do governo no povo brasileiro, na sua capacidade de empreender, de transformar realidades e de construir um futuro melhor para si mesmo e para o país", afirmou.

Benefícios

O Acredita no Primeiro Passo contará com um aporte inicial de R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 500 milhões liberados em 2024. Esse investimento possibilitará a geração de até R\$ 12 bilhões em crédito, abrindo as portas para micro e pequenos empreendedores que antes não tinham acesso a financiamento.

As operações do Acredita no Primeiro Passo poderão chegar a até R\$ 21 mil, com limite de crédito no sistema de até R\$ 80 mil, equivalente a 30% do faturamento do MEI. Além disso, 50% dos recursos serão destinados a mulheres empreendedoras, e o programa não cobra taxas do beneficiário referente à utilização do fundo.

Para facilitar o acesso ao crédito, o Governo Federal criou o Fundo Garantidor de Operações (FGO) Acredita no Primeiro Passo, administrado pelo Banco do Brasil. Esse fundo garante a cobertura de até 100% da operação contratada, eliminando a exigência de avalistas ou bens como garantia para os pequenos empreendedores.

O Acredita no Primeiro Passo oferece também um conjunto de ações de capacitação e apoio

para auxiliar os empreendedores a alcançar o sucesso em seus negócios. A capacitação por meio de treinamentos e cursos para aprimorar as habilidades dos empreendedores na gestão de seus negócios; empreendedorismo com orientação e acompanhamento para o desenvolvimento de planos de negócios e estratégias de crescimento; e emprego, conexão com oportunidades de trabalho e geração de renda.

Maria Francilene, 59 anos, moradora de Fortaleza, Ceará, é um exemplo vivo da transformação que programas de crédito podem proporcionar. A empreendedora individual, que antes vivia em situação de extrema pobreza, começou com um pequeno empréstimo.

"Quando comecei a empreender eu fiz um empréstimo pequeno de R\$ 350. Tenho um comércio pequeno e hoje, graças a Deus, estou fazendo R\$ 2 mil por mês. Comecei comprando coisas pequenas e agora já consigo comprar coisas como feijão, arroz, açúcar. A gente começa de pouco e vai crescendo", contou.

Também participaram do evento o ministro da Fazenda, Fernando Haddad; o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França; o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Antônio Vieira Fernandes; o presidente do Sebrae, Décio Lima; e a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros.

Principais eixos do Programa Acredita

Previsto para começar em julho, o programa pretende realisar, até 2026, cerca de 1,25 milhão de transações de microcrédito, com cada operação ava-

liada em torno de R\$ 6 mil. Este esforço poderá injetar mais de R\$ 7,5 bilhões na economia até 2026.

Microcrédito para CadÚnico:

O programa Acredita no Primeiro Passo oferece crédito a taxas menores para pessoas inscritas no CadÚnico que desejam abrir ou expandir seus negócios. O Fundo Garantidor de Operações (FGO) foi criado para garantir as operações, com aporte inicial de R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 500 milhões em 2024. Os bancos parceiros do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) oferecerão as linhas de crédito, com cobertura de até 100% da operação e limite de R\$ 80 mil. Pelo menos 50% dos recursos serão destinados a mulheres.

Apoio a MEIs e MPEs:

O programa oferece linhas de crédito com taxas competitivas para Microempreendedores Individuais (MEIs) e Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPEs). Há também a opção de renegociação de dívidas vinculadas ao Pronampe.

Mercado secundário de crédito imobiliário:

O objetivo é melhorar a liquidez e o acesso ao financiamento no setor, facilitando a compra de imóveis.

Eco Invest Brasil:

O programa garante proteção cambial para incentivar investimentos em projetos verdes ambientalmente sustentáveis.

PROGRAMA ACREDITA: MAIS RENDA E EMPREGOS

Odair Cunha

Mais um impulso à geração de renda, qualificação profissional e à melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro foi dado pelo governo do presidente Lula com o Programa Acredita, lançado dia 22. Trata-se de um enorme avanço para melhorar o desenvolvimento econômico e social, com a priorização da concessão de crédito para quem mais necessita, em especial os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), e também ações de mais apoio às micro e pequenas empresas e aos microempreendedores individuais (MEIs), com foco especial em mulheres empreendedoras.

O governo Lula continua a oferecer oportunidades para aqueles que mais precisam e, com o Acredita, vai possibilitar o acesso ao crédito a segmentos específicos para investimentos que, ao se desenvolverem, vão gerar empregos e melhorar a renda pessoal e da coletividade. O programa, com potencial de destinar até R\$30 bilhões em crédito, baseia-se em quatro eixos estratégicos, com vertente socioeconômica para a construção de um país mais desenvolvido, justo e solidário.

Um dos eixos é o "Acredita no Primeiro Passo", a ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento

e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o qual representa avanço extraordinário, com o objetivo de gerar oportunidades de inclusão produtiva, aumento da renda pelo trabalho, qualidade de vida e participação social para as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica inscritas no (CadÚnico).



Esse programa dará destaque às mulheres, jovens, negros e membros de populações tradicionais e ribeirinhas que sejam beneficiários de programas sociais do governo, como o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O programa Acredita vai oferecer crédito a taxas menores para pessoas inscritas no CadÚnico que desejem abrir ou expandir seus negócios. Estima-se que 4,6 milhões de pessoas do CadÚnico já empreendem formalmente. Haverá um aporte inicial de R\$1 bilhão, sendo R\$500 milhões liberados já em 2024.

Já o segundo eixo, direcionado aos negócios de pequeno porte, chama-se Acredita no Seu Negócio, com uma versão do Desenrola, programa de renegociação de dívidas para micro e pequenas empresas e um programa de crédito para o setor. Importante também o terceiro eixo, cujo objetivo é criar um mercado secundário (mercado de troca de ativos) para o crédito imobiliário, como alavanca para aquisição de imóveis para a classe média, que não se qualifica para programas habitacionais populares, assim como

o quarto (Invest Brasil), que pretende criar um programa de proteção cambial para investimentos verdes para atrair investimentos internacionais em projetos sustentáveis no Brasil.

É uma ação histórica. O governo tem a sensibilidade de priorizar, por exemplo, os pequenos e microempreendedores, justamente o segmento que mais gera empregos no País. Ao renegociar as suas dívidas, o Acredita vai ampliar o acesso ao crédito e possibilitar aos MEI, microempreendedores individuais, e micro e pequenas empresas que desenvolvam mais atividades e mobilizem toda a economia. O programa alcança tanto trabalhadores rurais como urbanos.

Esse programa, junto com outros já em andamento, não deixa dúvida de que a política econômica e social do governo é a correta. No ano passado, o País teve o maior crescimento da renda das famílias nas últimas três décadas: em 2023, aumentou 11,7%, a maior alta desde o advento do Plano Real, em 1994. A economia, contrariando prognósticos do "mercado", cresceu 2,9% em 2023, alcançando o Brasil do 11º para o nono lugar no ranking mundial. Treze milhões de pessoas saíram da insegurança alimentar. Todos os indicadores sociais e econômicos melhoraram significativamente.

As conquistas em menos de um ano e meio mostram os compromissos do presidente Lula e do PT com a solidariedade, dignidade, igualdade de oportunidades para todos, desenvolvimento com geração de empregos e renda e respeito ao meio ambiente e aos direitos sociais. A reconstrução nacional continua a pleno vapor, mas os frutos já começam a ser colhidos pelo povo brasileiro.

Odair Cunha é deputado federal por Minas Gerais e líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados



Ricardo Stuckert

FORTALECER as candidaturas petistas e construir propostas: principais metas do projeto FPA Nas Eleições

ELEIÇÕES 2024: FPA COMEÇA CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES PARA AUXILIAR CAMPANHAS

Núcleos de Acompanhamentos de Políticas Públicas realizaram 18 reuniões temáticas com a participação de mais de 400 pessoas

Redação Focus Brasil

As Eleições Municipais de 2024 serão decisivas para consolidar a retomada das pautas progressistas colocadas em prática desde o retorno de Lula à Presidência da República. O desafio, no entanto, agora é ainda maior e vem acompanhado de

um indispensável questionamento: como fazer com que o PT e diversos outros partidos de esquerda recuperem o espaço hoje ocupado por ideais conservadores?

Uma das respostas tem sido construída pelos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas desde o final de novembro de 2023, quando aconteceu o primeiro debate temático com

o objetivo de oferecer aos mais de 3 mil candidatos e candidatas petistas material teórico e técnico para a construção de suas propostas, de seus discursos e de seus programas de governo. A iniciativa é uma das frentes de trabalho do projeto FPA nas Eleições.

O último dos 18 encontros dos NAPPs, ocorrido em 19 de abril, encerrou essa etapa da



iniciativa com a participação de mais de 600 pessoas, entre lideranças políticas, especialistas nos mais variados temas e representantes de entidades, movimentos sociais e da sociedade civil.

Flávia Castellano, membro da Secretaria Executiva dos NAPPs, fez um balanço positivo dos debates. “Os encontros preparatórios foram pensados com o objetivo de elaborar conteúdos programáticos que possam subsidiar candidatos e candidatas para a construção dos programas de governo. São as candidaturas petistas que estão na ponta ouvindo a população e recebendo demandas, que batem de porta em porta, por isso é nosso papel, na FPA, apoiá-los durante suas campanhas e do jeito que fazemos melhor: produzindo conteúdo de qualidade”.

Os conteúdos citados por Flávia agora serão compilados por área e transformados em diretrizes fundamentais para cada uma

delas. “Todas as informações consideradas relevantes durante os debates têm potencial para serem transformadas em propostas reais, sempre levando-se em conta as características de cada cidade ou região”, completou.

Além de chegar até as mãos de candidatos e candidatas, esse material será transformado em peças de comunicação a serem divulgadas tanto pelos canais oficiais da FPA quanto nos sites do PT e da Casa 13.

Para Virgílio Guimarães, diretor da FPA, o trabalho realizado desde novembro passado será primordial para endossar o chamado “modo petista de governar”. “O nosso partido sempre construiu propostas de maneira democrática, com a participação direta de todas as camadas da sociedade. Os NAPPs são o resultado desse trabalho e terão papel fundamental no diálogo dos nossos candidatos com a população”.

Plataforma reúne 200 propostas enviadas pela população

Lançada no final de março pela Fundação Perseu Abramo, a plataforma online para envio de propostas que podem melhorar a vida da população recebeu mais de 200 contribuições. A iniciativa também faz parte do projeto FPA nas Eleições

As propostas estão sendo avaliadas e, caso tenham viabilidade, farão parte do material a ser oferecido às candidaturas petistas. “Nossa meta é sempre ouvir as pessoas que estão pensando e elaborando propostas para as suas cidades. Além de nos mostrar suas preocupações, queremos saber as soluções inovadoras apontadas para resolver problemas concretos dos municípios”, explicou o presidente da FPA, Paulo Okamoto.



FORTALECER E AMPLIAR a militância, sobretudo entre a juventude, é um dos objetivos do Nova Primavera

SEGUNDA FASE DO NOVA PRIMAVERA TERÁ TRABALHO FOCADO NOS TERRITÓRIOS

Iniciativa conta com a participação de mais de 5 mil pessoas entre dirigentes, representantes de movimentos sociais e novos filiados ao partido

Redação Focus Brasil

A campanha de difamação contra o Partido dos Trabalhadores sempre teve como recurso principal a divulgação das chamadas fake news. Do “kit gay nas escolas” à “ferrari de ouro” de um dos filhos do presidente Lula,

no entanto, as mentiras acabam sempre desmascaradas. Uma delas, que ainda teve como aliada parte da imprensa hegemônica do país, é a fantasiosa ideia de que o partido negligenciou a própria história e se afastou ao longo do tempo de sua base.

A campanha para provar a inocência de Lula, com o aval de milhões de brasileiros e brasilei-

ras de todos os cantos do país e do mundo, além da vitória do presidente na disputa à Presidência em 2022, já bastariam para provar justamente o contrário: o PT está cada vez mais em sintonia com a sua militância. E, para quem ainda não se dá por satisfeito, há ainda outro argumento salutar: a edição de 2024 do Nova Primavera, que teve nada

menos do 5 mil inscritos em sua primeira fase e está novamente com inscrições abertas (veja no final da página).

Lançado em 2021 pela Secretaria Nacional de Formação do PT, junto com a Escola Nacional de Formação do PT e a Fundação Perseu Abramo, durante as comemorações do 41º aniversário do partido, o Nova Primavera tem sido desde então o pilar de sustentação da legenda, sempre com o objetivo de aproximar tanto as suas lideranças quanto às suas diretrizes históricas tanto de quem já milita há muito tempo quanto dos que estão chegando agora.

Neste tempo, o Nova Primavera teve importante papel em diversos momentos marcantes da política nacional e entra agora numa nova fase, focada na territorialização e tendo no radar as Eleições Municipais de outubro - embora a existência do projeto vá sempre além do resultado das urnas.

"O Nova Primavera deste ano teve uma mudança em relação aos anos anteriores. Pensamos na estruturação do projeto em três grandes momentos. O primeiro momento, que acabou de ser concluído, foi marcado por diversos encontros virtuais em que foram discutidas as estratégias de mobilização para o trabalho de base. A segunda fase vai acontecer de 29 de abril a 15 de junho e tem como objetivo o trabalho junto aos territórios", explica a educadora popular da ENFPT, Raimunda Oliveira.

Mundinha, como é conhecida, diz que esta nova etapa tem sido chamada de intensificação das ações de base, com atividades das mais variadas nos territórios e realizada pelos participantes. São eles que irão chamar estas



Reprodução

atividades com o apoio dos diretórios municipais. "Essa militância, que é formada por petistas de carteirinha e representantes dos movimentos sociais, além dos simpatizantes, aqueles que levantam a bandeira do partido, mas não são filiados".

No documento de trabalho do projeto sublinha algumas das premissas para 2024: "As territorialização das ações do NP parte do pressuposto de que os territórios são heterogêneos na sua forma de organização e realidade sociocultural, onde a pedagogia da organização e da luta se constroem na relação entre formação organização-lutas, a partir do fazer COM e não PARA as pessoas, valorizando os diferentes saberes e a construção coletiva do conhecimento como dimensões de produção e circulação destes saberes, que a concepção e o método da educação popular oferece".

O trabalho, ainda segundo o documento, aponta que:

Cada território realizará, no mínimo, três atividades, podendo ser: oficinas de análises de realidade e planejamento das ações territoriais e realização de alguma ação prevista no plano, podendo ser de criação de novos espaços de organização de

base, de rearticulação de Comitês e Núcleos, mutirões, intervenção cultural em locais públicos, cursos, rodas de conversas, ou outros tipos de ações, de acordo com a realidade de cada território e demandas das outras formações como "dia D", para candidaturas e Dirigentes.

"Nesta fase, o objetivo do NP 24 é contribuir com a realização do trabalho de base nos territórios, principalmente naqueles onde o PT sempre foi expressivo eleitoralmente. Este fortalecimento, articulado às eleições municipais, vai ser fundamental para que possamos ter resultados eleitorais expressivos e fazer o enfrentamento com a extrema-direita fascista impondo a eles uma derrota no campo das ideias.", concluiu Osvaldir Freitas, diretor da ENFPT.

Ainda é possível participar

Quem por algum motivo, não conseguir se inscrever no NP 24 para participar das oficinas nacionais virtuais, ainda poderá somar nas atividades territoriais. Basta acessar o endereço escoladopt.org.br/inscricao/territoriais e preencher com dados simples como nome completo, número de CPF e cidade onde reside.



FRATERNIDADE E AMIZADE SOCIAL: O DESPERTAR DE NOVOS HORIZONTES ANCORADOS NO AFETO

Gleide Andrade

No ano de 1961, três sacerdotes vinculados à Cáritas empreenderam esforços a fim de assistir a população socialmente vulnerável, projeto que recebeu o nome de Campanha da Fraternidade (CF). Na Quaresma do ano seguinte, a CF foi oficialmente realizada no Rio Grande do Norte, na cidade de Natal. A ação em terra potiguar foi tão positiva que, em 1963, dezesseis dioceses nordestinas surgiram na execução dessa iniciativa. Assim, em 1964, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) estendeu a Campanha da Frater-

nidade em nível nacional com o tema "Igreja em Renovação".

A CF é, de fato, uma renovação para toda a Igreja, porque se expressa na partilha, na comunhão e na conversão. Na partilha, porque desperta o espírito comunitário e solícito do povo de Deus, comprometendo na busca do bem comum; na comunhão, por revelar a busca pela elaboração da fraternidade, que se traduz no princípio da solidariedade; e, na conversão, na tentativa de deixar-se transformar pela mensagem fecunda advinda da Boa Nova.

É no contexto do Concílio Vaticano II (1962-1965) que a Igreja inicia um horizonte de renovação pastoral. A Campanha da Frater-

nidade, então, se erige e constitui. E é justamente por ser um convite à conversão pautada na justiça social, na destinação universal dos bens, dignidade da pessoa humana e no bem comum, que ela ocorre no período quaresmal, época de nos convertermos aos preceitos do Evangelho, orientados pelos princípios da Doutrina Social da Igreja (DSI).

A cada ano, a CF apresenta uma temática que é objeto de reflexões que impulsionam ações substanciadas na solidariedade. A prática lactada na esperança ativa, edificada no verbo esperar, transforma realidades de povos nas periferias existenciais marcados pela exclusão, pobreza, fome e discriminação, aque-



les pelos quais devemos ter a opção preferencial. A CF é, em sua essência, o diálogo da Igreja com a sociedade, é o caminho para os cristãos se fazerem sal da terra e luz do mundo, é a tradução daqueles que acolhem as palavras do Evangelho e as põem em prática.

Neste ano de 2024, com inspiração na Encíclica Fratelli Tutti, do Papa Francisco, a CF porta como tema "Fraternidade e Amizade Social", cujo lema está contido na passagem bíblica: "Vós sois todos irmãos e irmãs" (Mt 23:8). A palavra "fraternidade" significa frater, irmão; e, no seu derivado fraternitas, confere a ideia de irmandade, de afeição entre irmãos. O termo "amizade" tem origem em amicus, que significa amigo, uma relação que se constitui na afetividade entre pessoas, que, em comunhão, se envolvem mutuamente na lealdade e no altruísmo. Já o vocá-

culo "social" diz respeito àquilo que pertence ou que é relativo à sociedade, que se entende pelo conjunto de indivíduos que interagem entre si, o que forma uma comunidade.

Ao observarmos a etimologia das palavras que compõem o tema da Campanha da Fraternidade, verifica-se que são todas de origem latina. Elas se complementam de maneira recíproca e se potencializam no sentido do afeto ao próximo, que é o fundamento da vivência cristã. A CF-2024 é um despertar para a magnitude da fraternidade humana, sustentada nos vínculos da amizade social, a fim de que a experiência cristã da afeição humana se torne uma realidade para todas as pessoas e todos os povos. A amizade social, nas palavras do Papa Francisco, é a ação que deriva de uma união que se propaga cada vez mais para o outro, considerando-o precioso, digno,

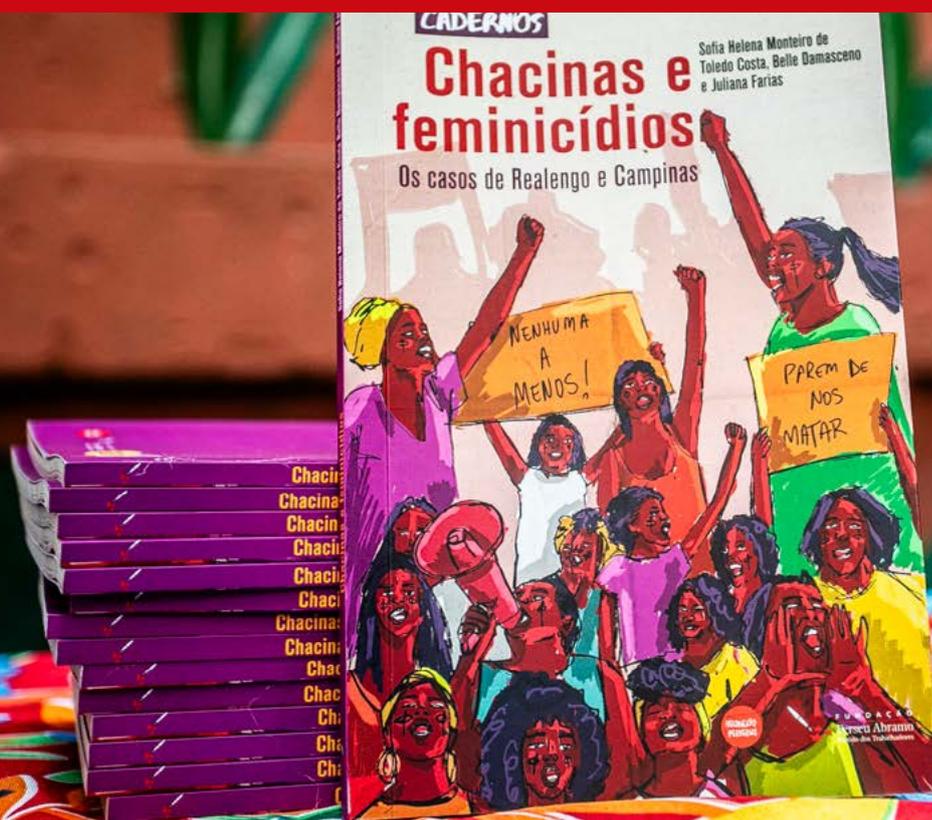
aprazível e bom. Esse referencial de amizade supera as dicotomias que separam irmãos, geram polarizações e comprometem o futuro da humanidade.

A fraternidade e a amizade social são conceitos interligados que realçam a importância de construir relações e de promover um sentido de comunidade e solidariedade entre indivíduos e grupos. A fraternidade refere-se tipicamente a um vínculo ou relação de irmandade, unidade e apoio mútuo. Enfatiza a ideia de tratar os outros com bondade, respeito e compaixão, independentemente das diferenças de origem, crenças ou identidade.

A amizade social alarga esta noção ao realçar a necessidade de interligação e cooperação na sociedade. Encoraja as pessoas a estenderem a mão aos outros, a construir pontes para além das divisões e a trabalharem em conjunto para o bem comum. A amizade social promove a empatia, a compreensão e um sentido de responsabilidade partilhada para criar um mundo mais justo e inclusivo.

Em termos práticos, a promoção da fraternidade e da amizade social envolve iniciativas e ações que promovem a inclusão, o diálogo e a colaboração. Isso pode incluir programas de sensibilização da comunidade, intercâmbios culturais, defesa dos direitos humanos e da justiça social, e esforços para resolver questões como a pobreza, a discriminação e a desigualdade. Ao abraçar a fraternidade e a amizade social, os indivíduos e as comunidades podem contribuir para a construção de uma sociedade mais harmoniosa e compassiva.

Gleide Andrade é Secretária Nacional de Planejamento e Finanças do Partido dos Trabalhadores. É graduada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). É ativista e militante do Partido dos Trabalhadores desde 1986.



CADERNO CHACINAS E FEMINICÍDIOS: OS CASOS DE REALENGO E CAMPINAS TEVE LANÇAMENTO EM TERRITÓRIO PERIFÉRICO DE SÃO PAULO

Realizado no icônico espaço da Ocupação 9 de Julho, evento teve apresentação do Slam da Guilhermina e a presença de artistas visuais

Rose Silva

O lançamento do caderno Chacinas e Feminicídios: os casos de Realengo e Campinas, realizado em 26 de abril no icônico espaço da Ocupação 9 de Julho, do Movimento dos Sem Teto

do Centro (MSTC), em São Paulo, teve uma apresentação do Slam da Guilhermina e a presença de artistas visuais periféricos. Durante o evento, as pesquisadoras que assinam a publicação, Sofia Helena Monteiro de Toledo, Belle Damasceno e Juliana Farias, fizeram uma exposição dos principais achados do estudo e da

necessidade que moveu a investigação.

O caderno é o primeiro número da coleção Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil e apresenta resultados da pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil: estudo de casos, realizada em parceria entre o Projeto Reconexão Periféricas



da Fundação Perseu Abramo, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) e a Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas.

Iniciada em 2018, com o levantamento de notícias de jornal, a pesquisa identificou várias chacinas reportadas em sua maioria como crimes passionais. Foram noticiados 42 casos de chacina com motivação de feminicídio, com cerca de 111 mulheres vitimadas em razão de serem mulheres. Nas chacinas com outras motivações, tais como conflitos agrários, disputas por terras com grupos armados, operações e abordagens policiais, grupos de extermínio, milícias, foram 405 mulheres vitimadas no período de dez anos, entre 2011 e 2020. Os números sobre chacinas relacionadas ao feminicídio estavam ocultos em meio a outras motivações para homicídios.

A coordenadora da pesquisa e cientista social Sofia Toledo afir-

mou que casos noticiados como crime passional muitas vezes têm um histórico de agressão, e não se devem apenas a um momento, um auge de emoção. "Por isso optamos por chamá-los de feminicídio, foi uma escolha política nossa. Pois percebemos que as mulheres mortas em chacinas nos mais diversos contextos são xingadas, desmoralizadas, sofrem abuso sexual, calúnias, humilhações, principalmente em territórios periféricos. Isso se pensarmos a periferia além do espaço urbano, onde a atuação do Estado tem sido sempre violenta", afirmou.

Com características bem comuns aos feminicídios, alguns casos analisados pela pesquisa foram praticados por familiares das vítimas, em geral ex-companheiros, ocorreram nas residências, com uso de outros instrumentos além da arma de fogo, tais como armas brancas, espancamento e sufocamento. E ainda, em mui-

tos deles, o desfecho foi o suicídio do agressor. "Na chacina de Campinas, foram três gerações de mulheres da mesma família vitimadas e, quando chegou ao público, o caso foi noticiado como crime passional", pontuou.

Sobre o recorte racial dos dados, o relatório conclui que o risco de uma mulher negra ser vítima de feminicídio e homicídio é duas vezes maior do que o de uma mulher não negra. Em 2021, foram 2.601 mulheres negras vítimas de homicídio, o que representa 67,4% das mulheres assassinadas no período, uma taxa de 4,3 mulheres negras mortas por 100 mil. Essa taxa é quase 45% maior do que a registrada para mulheres não negras, que foi de 2,4 a cada 100 mil.

A antropóloga e pesquisadora Belle Damasceno, da Iniciativa Negra, destacou que hoje, no Brasil, a cada quatro mulheres assassinadas, três são negras, entre elas quilombolas, indígenas

e ribeirinhas. “São mulheres que estão fora do padrão no qual a vida deve ser conservada. E citou Milton Santos: a branquitude não tem direitos, ela tem privilégios. Porque ser cidadão é ter direito. E a população negra não é cidadã porque nem o direito de viver alcança. A necropolítica não diz somente quem deve morrer, ela determina quem não pode nascer ou chegar a determinadas idades”, disse.

A secretária estadual de Mulheres do PT-SP, Fernanda Curti, que esteve no evento, ressaltou que a chacina está vinculada ao debate das mulheres de forma intrínseca. “Primeiro que é um cotidiano das comunidades, infelizmente, pois é lá que a maioria das famílias é chefiada por mulheres negras. A chacina tem um alvo específico, que é a juventude negra. E agora, com a vinda de um governador do Rio de Janeiro para São Paulo, que, em minha avaliação, tem articulado a milícia dentro do nosso Estado, inclusive com a Operação Escudo dando início a essa organização, isso implica diretamente as mulheres. Elas são mães de jovens assassinados e muitas vezes elas mesmas são as vítimas do abuso policial”.

A secretária municipal do PT-SP Antônia Soares disse que a violência contra a mulher é um tema enfrentado na sociedade em todos os espaços e todas as horas. “A população de rua, por exemplo, aumentou muito, e grande parte dela são mulheres, que abortam no meio da rua porque não existe aborto legal. É um tema que precisa sair da bolha e ser pensado pra fora”, lembrou.

Para a antropóloga e pesquisadora Juliana Farias, não adianta continuarmos a discutir violências com foco em apenas um tipo de crime. “Não dá para dizer hoje que a violência de Estado é sim-



plesmente uma questão racial, de gênero ou de criminalização de territórios periféricos, pois é tudo isso ao mesmo tempo. É importante que um projeto de pesquisa possa trazer o debate com as palavras que ele precisa. Não há mais como falar de execução sumária com meias palavras, amenizando o assunto”, afirmou.

O ouvidor das Polícias do Estado de São Paulo, Claudio Silva, presente no lançamento, afirmou que denúncias sobre mortes de mulheres, feminicídio e violência contra a mulher não chegam à ouvidoria. “Temos acompanhado os dados e sabemos que as

violações contra mulheres estão crescendo e com tendência a aumentar, o que muito nos preocupa. No final do ano passado, procuramos o delegado geral da polícia e sua equipe para construir um relatório sobre violência contra a mulher. A ideia é analisar criticamente os dados, verificar que consequências têm essas violações, se resultam em inquérito, se o inquérito vira processo judicial e que caminho tomam as denúncias que chegam à polícia. A partir da análise, pretendemos problematizar essa questão gravíssima e debatê-la com a sociedade”, afirmou.



TERRA LIVRE: MINISTRA DA CULTURA SE REÚNE COM LIDERANÇAS DE MAIS DE 30 POVOS INDÍGENAS EM BRASÍLIA

Encontro ocorreu na tarde da última sexta, 26, no Memorial dos Povos Indígenas, e teve como foco a valorização e a preservação da diversidade cultural dos povos originários

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, participou, na sexta-feira, 26, de uma roda de conversa com lideranças de mais de 30 povos indígenas. Na audiência, realizada no Memorial dos Povos Indígenas, elas tiveram a oportunidade de apresentar ao Ministério da Cultura as principais demandas para a valorização e a preservação da diversidade cultural dos povos originários, como a ampliação da participação de representantes indígenas na formulação das políticas públicas e a criação de mecanismos para facilitar o acesso aos editais de fomento.

“O Brasil tem 305 povos indígenas que resistem. São 305 maneiras de contemplar a natureza, de desvendar a espiritualidade, de pensar e de se relacionar com a sociedade. O Acampamento Terra Livre mostra a força dos povos originários. O Brasil é terra indígena e ponto!”, afirmou a chefe da Cultura, destacando ainda as ações em andamento para atender essa população.

Entre as iniciativas citou a Lei Paulo Gustavo (LPG) e a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), que são as principais fontes de descentralização de recursos da União para estados, Distrito Federal e municípios fomentar os projetos culturais em seus territórios. Nos dois casos, os editais devem reservar 10% das vagas para indígenas. Segundo a ministra, a Pasta reforçará com os entes federados a importância da execução dos recursos de acordo com as normas vigentes. Também ampliará a divulgação das informações sobre as formas de acesso às políticas culturais.

“Isso é uma construção que estamos fazendo porque acreditamos que todo cidadão brasileiro tem que ter direito às políticas públicas da cultura. Essa é a nova



arquitetura do MinC trazida pelo presidente Lula. É preciso entender também que nós estamos em um país que ainda existe uma divisão entre quem ama a vida e quem só quer o progresso para uns. Nós queremos o progresso para todos. Queremos oportunidades para todos. Esse diálogo é muito rico e vamos recolher todas as propostas. O Ministério está de portas abertas a todos”, concluiu.

A secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, Márcia Rollemberg, citou ainda a seleção de um Pontão de Cultura temático, com a missão de articular e mobilizar a rede de Pontos de Cultura com foco nas culturas indígenas a partir deste ano, e o Prêmio Vovó Bernaldina, que contemplou 110 iniciativas culturais indígenas com o valor individual de R\$ 30 mil.

“A 4ª Conferência Nacional de Cultura, no começo de março, foi o grande momento desse diálogo mais pleno e de apresentação das propostas, que agora a gente busca implementar. Estamos em um momento novo e no processo de abrir canais de comunicação permanentes, de envolver a juventude, os mais idosos e

poder criar uma política. A gente está trazendo as pessoas que são porta-vozes da sua própria cultura porque cada um fala do seu lugar”, acrescentou.

Também participaram da rodada de conversa o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Leandro Grass, e a presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Fernanda Castro.

Vozes indígenas no governo

A diretora do Museu Nacional dos Povos Indígenas, Fernanda Kaingang, colocou a instituição e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas à disposição para implementar a PNAB e a LPG, entre outras ações do MinC. “Há 20 anos, marchamos para defender com a nossas culturas a herança dos nossos filhos. Precisamos que as 274 línguas vivas, ameaçadas hoje de desaparecer, possam ser apoiadas por projetos discutidos conosco e precisamos que os 13% do território nacional, as áreas mais preservadas da biodiversidade deste país e de onde brotam as nossas culturas, sejam protegidos”, declarou Kaingang, que presenteou a ministra com uma coroa indígena símbolo de autoridade.



Presente no evento, o representante do Ministério dos Povos Indígenas, Eliel Benites, também reforçou o compromisso da Pasta em atuar em conjunto com MinC em iniciativas que possam manter e fortalecer a riqueza cultural dos povos indígenas, especialmente na proteção das línguas. “A gente tem essa preocupação muito grande de fortalecer a diversidade cultural, as línguas, a cosmovisão e essa riqueza de histórias dos povos. Hoje a violência contra os povos indígenas é tão grande que atinge a própria memória. Estamos aqui com o Ministério da Cultura à disposição para construir uma proposta na qual a gente possa manter e fortalecer a nossa cultura”, afirmou Eliel, indígena Guarani e Kaiowá e Diretor do Departamento de Línguas e Memórias Indígenas.

Lideranças Indígenas

Representando o Conselho Nacional de Cultura, Daiara Tukano, também lembrou a importância da Conferência Nacional de Cultura, que terminou com a aprovação de 30 propostas para subsidiar a construção do novo Plano Nacional de Cultural. Des-

se total, 21 contemplavam os povos indígenas. Mas ressaltou que ainda é preciso ampliar as instâncias de participação e de escuta dessa população na elaboração das políticas culturais e no Sistema Nacional de Cultura (SNC).

“Estamos prontos para ocupar todos os espaços, pois fazemos parte desse Brasil. Somos capazes, somos competentes e estamos prontos para exercer nossa autonomia e autorrepresentação”, defendeu. E acrescentou: “Falar das nossas culturas é falar de tudo aquilo que nos constitui, é o nosso pensamento, é o nosso território. São os povos indígenas que fazem do Brasil o país com a maior diversidade cultural do mundo. Nossas línguas, nossos saberes e nossas relações de mundo são culturas vivas, que mantêm vivos mais de 80% da biodiversidade do planeta. Nossas vozes também são as vozes dos nossos territórios. Defender cultura viva também é defender a vida de nossos povos porque todos os nossos direitos partem do direito à cultura”.

Para Juliana Tupinambá, ativista indígena, é fundamental que

os editais de fomento atendam às especificidades dos povos indígenas. “Falar de cultura é falar da vida dos povos indígenas. A gente não tem como existir sem a nossa identidade, que é a nossa cultura. É preciso fomentar, cada vez mais, a cultura dentro dos nossos territórios”, acrescentou.

Da mesma forma, Leila Borari, militante pelo coletivo de mulheres indígenas Suraras do Tapajós, defendeu estratégias para que os editais cheguem aos lugares mais distantes e que possam continuar transformando vidas. “Sou de uma organização de mulheres. Nós trabalhamos usando a cultura como uma ferramenta de empoderamento, para tirar as mulheres e jovens da violência, da depressão. A cultura é um espaço de acolhimento, colabora com nosso empoderamento financeiro e é uma ferramenta de transformação. A nossa cultura contribui muito também para nossas florestas ficarem em pé e para a permanência dos nossos povos”, disse.

Com informações do Ministério da Cultura



Vatican Media

Os temas da conversa: o combate à desigualdade e à fome, a transição energética e as ações para enfrentar as mudanças climáticas

DILMA: “É SEMPRE UMA ALEGRIA ESTAR COM O PAPA FRANCISCO, AMIGO DO BRASIL”

A ex-presidenta não escondeu a emoção ao ser recebida pelo Papa. “Bem-vinda! Que prazer revê-la!”, disse ele, antes de um aperto de mãos longo e afetuoso

Agência PT

“Reze por mim e eu rezo por você”, disse o Papa Francisco. “Estou rezando”, respondeu a ex-presidenta do Brasil e presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o Banco Brics, Dilma Rousseff, ao final do encontro que tiveram no sábado (27) no Vaticano, sede da Igreja Católica Romana.

Em vídeo postado em suas redes sociais, a ex-presidenta não escondeu a emoção ao ser recebida pelo papa. “Bem-vinda! Que prazer revê-la!”, disse ele, antes de um aperto de mãos lon-

go e afetuoso.

O site Vaticanews publicou que Dilma foi a primeira chefe de Estado a ser recebida no Vaticano por Francisco após o início do seu pontificado. Ela foi também anfitriã do papa em 2013, quando ele esteve no Rio de Janeiro para a Jornada Mundial da Juventude.

Em suas redes, a ex-presidenta postou foto junto com o Papa Francisco e expressou sua alegria pelo encontro. “Um amigo do Brasil e um homem profundamente comprometido com os destinos da humanidade”, escreveu. A postagem foi compartilha-

da pela presidenta do PT, deputada Gleisi Hoffmann.

Em outra publicação ela detalhou os temas da conversa: o combate à desigualdade e à fome, a transição energética e as ações necessárias para enfrentar as mudanças climáticas.

“Visivelmente emocionada”, escreveu o site Vaticanews, Dilma presenteou o Papa com o livro “Theodoro Sampaio. Nos sertões e na cidade”, “um grande livro sobre o Brasil”, disse ela ao papa.

O autor obra é Ademir Pereira dos Santos sobre a vida do engenheiro civil, geógrafo, cartógrafo,



Reprodução

BRASILIDADE Dilma dá livro do professor Ademir Pereira dos Santos ao Papa Francisco: "Theodoro Sampaio: nos sertões e na cidade"

historiador, etnógrafo, arquiteto e urbanista nascido em 1855, filho de uma escrava na zona rural de Santo Amaro da Purificação (BA).

Dilma recebeu do papa alguns documentos dele, como a encíclica "Laudato si'" e a exortação apostólica "Laudate Deum", além de uma escultura em bronze com as escritas "amar" e "ajudar". Francisco explicou o significado da obra. "Só é lícito olhar uma pessoa de cima para baixo para ajudá-la a se levantar", publicou o Vaticanews.

CNBB promoveu Romaria de Parlamentares

Numa inédita e importante iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), deputados do PT participaram dia 20 de abril da 1ª. Romaria dos(as) Parlamentares a Aparecida do Norte que teve como tema "Fraternidade, Amizade Social e Política".

Pela primeira vez depois de

300 anos, a entidade convidou os parlamentares para fazer uma reflexão sobre a participação na política, "inspirada pelo Papa Francisco que coloca a política como uma das formas de construir a cidadania e a dignidade das pessoas", publicou a presidenta do PT Gleisi Hoffmann.

A CNBB decidiu promover a romaria a partir da mensagem do papa Francisco para o Dia Mundial da Paz que diz que "a política é um meio fundamental para construir a cidadania e as obras do homem. A função e a responsabilidade política constituem desafio permanente para todos os que recebem um mandato de servir o seu país".

PT promove curso sobre fé, política e democracia

Também em inédita mobilização, o partido e a Fundação Perseu Abramo (FPA) estão com inscrições abertas para o curso "Fé, política e democracia" direcionado a militantes interessados no

tema a partir de um viés histórico e informativo sobre o papel do catolicismo na transformação social, na luta por direitos e na consolidação da esquerda no Brasil.

As aulas serão online às quartas-feiras, entre os dias 15 de maio e 19 de junho, no período da noite, das 19h às 21h. A aula inaugural será no dia 13 de maio.

"A fé está sendo instrumentalizada. Ela não pode ser instrumento ideológico e nós cristãos temos que agir na sociedade para que essa fé tenha resultado, que é combater a desigualdade social, as injustiças, defender igualdade e direitos. Vamos fazer esta reflexão no curso junto com a FPA. Vamos ampliar nosso foco e nosso raio de atuação. O curso é inédito e promete ser muito interessante", afirmou o secretário de Comunicação do PT, deputado federal Jilmar Tatto em recente entrevista ao Jornal PT Brasil da TvPT.

[As inscrições podem ser feitas no site da Escola Nacional de Formação.](#)



Reprodução

NOS EUA, MISSÃO DA CPMI DO GOLPE DEFENDE FRENTE CONTRA O FASCISMO

Em defesa da democracia, parlamentares também entregam o relatório da CPMI do Golpe do 8 de janeiro a deputados do partido Democrata, que integram a CPI do Capitólio

Agência PT

A formação de uma frente internacional de defesa da democracia e combate ao fascismo e a entrega do relatório da CPMI do Golpe do 8 de janeiro a deputados do partido Democrata, que integram a CPI do Capitólio, são as pautas da comitiva de parlamentares brasileiros que está em missão oficial nesta segunda-feira (29) em Washington (EUA).

A comitiva suprapartidária viaja a convite do Comitê da Câmara dos EUA. O senador Hum-

berto Costa (PT-PE) e o deputado federal Rogério Correia (PT-MG) integram a missão que se reunirá com membros da CPI do Capitólio, encarregada de investigar os atos antidemocráticos de 6 de janeiro de 2021 em Washington. Também integra a missão brasileira a relatora da CPMI do 8 de janeiro, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), a deputada Jandira Feghalli (PCdoB-RJ) e o deputado Pastor Henrique (PSol-RJ).

Assim como aconteceu na Praça dos Três Poderes em Brasília em 8 de janeiro de 2023, os ataques à democracia nos Estados Unidos deixaram cinco mor-

tos e dezenas de feridos dia 6 de janeiro de 2021, nas invasões e depredações promovidas por aliados do ex-presidente Donald Trump.

Humberto Costa e Rogério Correia integram o grupo que fará a entrega do exemplar do relatório final da CPMI aos deputados norte-americanos do Partido Democrata. O documento ficará na Biblioteca do Congresso dos EUA.

“Vamos representar o Brasil numa visita oficial para discutir o avanço dos ataques à democracia que vêm ocorrendo ao redor do mundo, trocamos experiên-

cias a partir da nossa perspectiva com a CPMI da tentativa de golpe do 8 de janeiro e debater os melhores meios de proteger as instituições democráticas e a vontade soberana do povo”, postou Rogério em suas redes sociais.

Em vídeo gravado domingo (28) no aeroporto, antes de embarcar para a missão organizada pelo Instituto Vladimir Herzog, organização da sociedade civil que promove a defesa dos direitos humanos e da democracia, Rogério exibiu o passaporte e cartão de vacina e disse: “Tem gente que não tem; isso é importante para sair do Brasil. É bom sair não fugindo, mas para defender a democracia”.

A missão diplomática, internacional e democrática, nas palavras de Rogério, terá reuniões com parlamentares norte-americanos para garantir a democracia entre Brasil e Estados Unidos além de formar a frente internacional de defesa da democracia o combate ao fascismo.

Os campos democráticos em todos os países precisam ter instrumentos “para combater essa volúpia ultra direitista que aparece no mundo e que aqui no Brasil se faz com fake news”, via Elon Musk e trompistas, assinalou Rogério, ao reforçar a importância do intercâmbio Brasil Estados Unidos pela democracia.

No início de março um grupo de parlamentares bolsonaristas esteve nos Estados Unidos e, em vez de participar de uma agenda oficial, deu entrevista coletiva na rua, em frente ao prédio do Capitólio, em disparatada tentativa de convencer o mundo que o Brasil não é uma democracia.

Intercâmbio antifascista

Articulados pelo deputado democrata Jamie Raskin, segundo a rede CNN um dos mais atu-



antes na comissão do Congresso americano que investigou a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021, a comitiva de parlamentares brasileiros cumpre agendas a partir desta segunda-feira (29).

Estão previstas reuniões com parlamentares americanos democratas, como o senador Bernie Sanders; com membros da comissão que apurou a invasão ao Capitólio; com a embaixadora do Brasil nos Estados Unidos; encontro com Ivan Marques, secretário de Segurança Multidimensional da Organização dos Estados Americanos; e com Marcos Vinicius Chiliatto, diretor-executivo para o Brasil e mais oito países do Banco Mundial, conforme divulgou a CNN.

“Gostaríamos que essa troca levasse a um acompanhamento constante dos atos antidemocráticos que querem botar em risco o estado democrático de direito tanto dos Estados Unidos quanto do Brasil”, afirmou Rogério Sottili,

diretor do Instituto Vladimir Herzog.

O grupo também irá à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, exatamente onde “parlamentares bolsonaristas protocolaram uma denúncia apontando o que consideram ataques a democracia em curso no Brasil, em especial no caso do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, nos inquéritos em razão dos ataques de 8 de janeiro”, informou a CNN.

Matéria publicada pelo site BBC de junho de 2022 informou que o ex-presidente americano Donald Trump foi acusado por uma comissão parlamentar de inquérito de ter orquestrado a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021 numa “tentativa de golpe”. A acusação foi feita na primeira sessão televisionada da investigação realizada ao longo de 11 meses, num evento sem precedentes na política dos Estados Unidos, informou a BBC.



01 de maio de 1940

DECRETO INSTITUI O SALÁRIO MÍNIMO

Getúlio baixa decreto determinando que todo trabalhador brasileiro, sem distinção de sexo, tem direito a um salário mínimo mensal que deve satisfazer, segundo o texto do decreto, “às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”.

Pela primeira vez no Brasil, o Dia do Trabalho foi comemorado num estádio de futebol – o São Januário, no Rio de Janeiro. Getúlio entrou no campo do Vasco da Gama em carro aberto, sob aplausos de 40 mil trabalhadores. Além do presidente da República, compareceram ao ato vários ministros de Estado e o cardeal dom Sebastião Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro. A festa foi organizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e transmitida pelo rádio a todo o país. Operários e suas famílias lotaram o estádio, que estava enfeitado com enormes bandeiras nacionais e figuras alegóricas do trabalhador brasileiro.

Getúlio falou à multidão que

“os trabalhadores brasileiros nunca obtiveram, sob os governos eleitorais, a menor proteção, o mais elementar amparo. Para arrancar-lhes os votos, os políticos profissionais tinham de mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabos eleitorais”. E concluiu: “só o trabalho fecundo, dentro da ordem legal que assegura a todos – patrões e operários, chefes de indústrias e proletários, lavradores, artesãos, intelectuais – um regime de justiça e de paz, poderá fazer a felicidade da pátria brasileira”.

O salário mínimo seria fixado a partir da realidade econômica de cada região, com 14 valores diferentes – variando de 90 mil-réis, no interior do Nordeste, a 240 mil-réis, nas grandes cidades. Haveria um acréscimo para atividades insalubres, e o trabalhador menor de 18 anos teria direito a metade do valor do salário mínimo.

O decreto do salário mínimo não contemplou os trabalhadores do campo.



27 de abril de 2004

GOVERNO LULA ANUNCIA CRIAÇÃO DO SAMU 192

O presidente Lula assina o Decreto nº 5.055/2004, criando o Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu), que funcionará por meio de parcerias entre o governo federal, estados e municípios.

O serviço destina-se a prestar socorro imediato a pessoas em situação de emergência de saúde, no local da ocorrência, garantindo atendimento adequado ao ambiente pré-hospitalar e acesso ao sistema de saúde. Os serviços de atendimento pré-hospitalar do Samu são acionados por discagem rápida para o número 192.

Para o funcionamento do Samu, o Executivo federal entra com uma contribuição mensal a municípios e estados, bancando 50% do custeio dos serviços de emergência.

Por se basear em parcerias entre governo federal, estados e municípios, o Samu enfraquece as práticas coronelistas que consistiam em usar a concessão de ambulâncias como moeda de troca por favores políticos.

Até 2014, o serviço seria implantado em 2.926 municípios, com 3.182 ambulâncias, garantindo cobertura em situações médicas de urgência a 73% da população brasileira.

30 de abril de 1981

BOMBA NO RIOCENTRO IMPLODE TERROR MILITAR



Morre o sargento do Exército Guilherme Pereira do Rosário e fica gravemente ferido o capitão Wilson Dias Machado na explosão de uma bomba no estacionamento do Riocentro, no Rio de Janeiro. O explosivo era manuseado pelo suboficial dentro de um carro. Os dois militares eram agentes do DOI-Codi do 1º Exército e planejavam detonar o artefato no auditório do pavilhão, no qual 20 mil pessoas assistiam ao show comemorativo do 1º de Maio. O objetivo era criar pânico na plateia e responsabilizar um grupo de esquerda pelo atentado. A explosão acidental da bomba frustrou o plano terrorista e abriu a mais grave crise política do governo do general presidente João Baptista Figueiredo.

A participação de militares num plano criminoso, que poderia ter feito um número incalculável de vítimas, chocou a sociedade. Em vez de investigar e punir os responsáveis, o governo da "abertura" ajudou o comando do 1º Exército a acobertá-los, por meio de um inquérito fraudulento.

A bomba explodiu por volta

das 21h20. O barulho não foi percebido pelo público dentro do auditório, onde se apresentava a cantora Elba Ramalho. Minutos depois, uma segunda bomba explodiria na casa de força do Riocentro, mas não foi suficiente para cortar a energia. Ao final do show, o cantor Gonzaguinha informou à plateia: "Pessoas contra a democracia jogaram bombas lá fora para nos amedrontar".

Todas as evidências apontavam para um "acidente de trabalho" em meio a um crime premeditado. O chefe da segurança do Riocentro havia sido substituído naquele dia. O policiamento do show tinha sido cancelado. O sargento Rosário e o capitão Wilson foram vistos na tarde do atentado num restaurante, em companhia de outros agentes do DOI e do Centro de Informações do Exército (CIE), examinando mapas. Havia pelo menos duas granadas dentro do carro em que estavam - um Puma com chapas falsas, registrado em nome do capitão Wilson.

No dia do atentado, placas de trânsito no caminho do Riocentro foram pichadas com a sigla VPR

(Vanguarda Popular Revolucionária), grupo de esquerda que não existia desde 1973, quando foi liquidado pela repressão. Fotos das pichações foram feitas "para aproveitamento na imprensa", segundo relatório do então chefe do DOI-Codi, coronel Julio Molinas Dias, que seria revelado em 2012. O CIE e o Serviço Nacional de Informações (SNI), chefiado pelo general Octavio Medeiros, sabiam previamente da "Missão 115 - Operação Centro", nome de código do atentado planejado pelo DOI-Codi.

O coronel Luiz Antônio do Prado Ribeiro, nomeado para presidir o Inquérito Policial-Militar, renunciou dias depois quando os indícios contra militares do Exército começaram a ser revelados pela imprensa. Foi substituído então pelo coronel Job Lorena de Sant'Anna, que entregaria um relatório sustentando a versão do DOI-Codi: contra todas as evidências, o sargento e o capitão teriam sido vítimas de uma bomba colocada no carro, "provavelmente por subversivos".

Em 1999, o caso foi reaberto pela procuradora da República Gilda Berer. Novo IPM, conduzido pelo general Sérgio Conforto, concluiu pela responsabilidade do sargento Rosário, do capitão Wilson (naquela altura promovido a coronel), do ex-chefe da Agência Central do SNI, general Newton Cruz (pelo crime de prevaricação) e do ex-chefe da agência do SNI no Rio, coronel Freddie Perdigão. O coronel Perdigão, um dos mais notórios torturadores do período, foi apontado como mentor do crime. O Superior Tribunal Militar considerou que o caso estava coberto pela Lei de Anistia.

Depois da explosão do Riocentro, cessou a onda de atentados terroristas iniciada no ano



01 de maio de 2006

EVO MORALES NACIONALIZA O GÁS BOLIVIANO

O presidente da Bolívia, Evo Morales, decreta a nacionalização do setor de gás e petróleo. A ação inclui a ocupação militar de 56 refinarias estrangeiras instaladas no país, inclusive as da Petrobras. Ao justificar a medida, o governo boliviano alega que essas empresas estrangeiras lucram muito e pagam pouco ao Estado.

O Decreto Supremo nº 28.701 – que elevou de 50% para 82% o imposto sobre a exploração do gás – obrigou as empresas a assinar os contratos reconhecendo o novo controle estatal sobre os campos, caso contrário teriam que deixar o país.

A medida tinha como pressu-

posto dotar de capital a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), para que pudesse continuar investindo na prospecção, exploração e comercialização de hidrocarbonetos, com ou sem a participação de empresas estrangeiras.

A Petrobras, petrolífera com maior participação na Bolívia, havia investido US\$ 1,5 bilhão entre 1997 e 2005. Só suas compras de gás representavam 18% do PIB boliviano. Na época da nacionalização, o Brasil comprava o gás boliviano – responsável por 50% do consumo brasileiro – por US\$ 3,5 por milhão de BTU (abreviatura inglesa para “unidade termal

britânica”), enquanto o preço do gás no mercado internacional oscilava entre US\$ 6 e US\$ 7 por milhão.

A Petrobras acabaria por aceitar as novas regras, que reduziram drasticamente o lucro das multinacionais na Bolívia. Em 15 de fevereiro de 2007, a estatal brasileira firmaria um aditivo contratual com a Bolívia reajustando de 3% a 4% o valor pago pelo gás boliviano – ao custo anual de cerca de US\$ 100 milhões a mais.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br

FRIEDRICH ENGELS

CONTRIBUIÇÕES
PARA A HISTÓRIA DO
CRISTIANISMO
PRIMITIVO

PREFÁCIO
FREI BETTO

expressão
POPULAR



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Neste livro, Friedrich Engels apresenta questões sobre o modo de organização das primeiras sociedades cristãs e elementos presentes no ideário comunista. Engels observa que, assim como a classe operária é oprimida pela burguesia, os cristãos primitivos eram oprimidos e perseguidos pelo Império Romano. Religião dos pobres, servos e escravos, esses cristãos foram rotulados como inimigos da sociedade. Tratamento semelhante ao que se viu contra comunistas séculos depois. Ambos tratam de redenção, mas com uma diferença: o cristianismo promete a salvação na vida eterna após a morte e o comunismo convoca para a transformação da sociedade nessa vida, nesse mundo. Engels fala de movimentos cristãos organizados que trouxeram princípios socialistas. Cita a influência das ideias cristãs sobre os operários franceses nos levantes de 1830. Clássico de Friedrich Engels, publicado originalmente em 1895, o ensaio “Contribuições para a história do cristianismo primitivo”, foi lançado neste ano pela editora Expressão Popular e pela Fundação Perseu Abramo com prefácio de Frei Beto e apresentação de Alberto Cantalice, diretor de comunicação da FPA.